

Revista da Graduação

Vol. 5

No. 1

2012

4

**Seção: Faculdade de Administração, Contabilidade e Informática -
Campus Uruguaiana**

ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Desafios e perspectivas

Angelita Correa de Oliveira

Este trabalho está publicado na Revista da Graduação.

ISSN 1983-1374

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/11398>

PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS URUGUAIANA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CURSO DE PEDAGOGIA

ANGELITA CORREA DE OLIVEIRA

ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Desafios e perspectivas

Uruguiana
2011

ANGELITA CORREA DE OLIVEIRA

ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Desafios e perspectivas

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Campus Uruguaiana,

Orientadora: Ms. Ligia Maria Mezzomo

Co-orientadora: Marilda Regina Motta Pötter

Uruguaiana

2011

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus, a minha família, a família das Filhas do Amor Divino e a todas as pessoas que foram, no decorrer do tempo acadêmico, agregando-se e fazendo parte da minha história, em especial as professoras que colaboraram generosamente para a realização deste trabalho. Que o Bom Deus os/as recompense com Preciosas Bênçãos.

Ninguém nasce odiando outra
pessoa pela cor de sua pele, por sua
origem ou ainda por sua religião. Para
odiar, as pessoas precisam aprender, e
se podem aprender a odiar, pode ser
ensinadas a amar.

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho se constitui de um estudo qualitativo descritivo e consiste numa reflexão sobre o desenvolvimento do Ensino Religioso nas Séries Iniciais em cinco Escolas Públicas no Município de Uruguaiana. O mesmo tem o objetivo de analisar a importância, a compreensão e a metodologia que os professores dos cinco Anos Iniciais (1º ao 5º ano) têm do Ensino Religioso na suas práticas em sala de aula. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas e observações direta. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) surgindo as seguintes categorias: Conhecimento empírico, ausência de orientação e fragilidade nos objetivos: fatores que interferem no trabalho do Ensino Religioso no Ensino Fundamental I, e Qualificar relações, sensibilizar para a Espiritualidade e valorizar a oração: marcas do trabalho pedagógico com o Ensino Religioso nos Anos Iniciais. Pela análise realizada foi possível observar que as lacunas atuais são conseqüência do passado. Historicamente o Ensino Religioso nas Escolas Públicas do nosso país passou por relações de poder e tinha-se o intuito de catequizar, disciplinar, doutrinar e conduzir valores condizentes a mesma fé que estava no poder. Com o surgimento da lei 9475/97 e da nova redação do Artigo 33, deixou de ser confessional, exigindo uma radical transformação no modo de pensar e compreender o Ensino Religioso. Com esta abertura ficou muito a desejar a formação do docente nesta área. Em síntese a pesquisa reafirma que o assunto pesquisado é reconhecido e comprovado por vários autores ser de grande valia para o educando do Ensino fundamental, contudo falta objetividade para desenvolvê-lo na comunidade escolar.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Professores. Formação. Educação. Transcendente.

RESUMEN

El estudio de este trabajo es una reflexión sobre el desarrollo de la Educación Religiosa en los primeros grados de cada cinco escuelas públicas en la ciudad de Uruguaiana. Lo mismo tiene que analizar la importancia de comprender y la metodología para los profesores de los primeros cinco años (1 ° a 5 ° grado), es la Educación Religiosa en sus prácticas en el aula. Para esta investigación, se utilizaron como instrumentos, entrevistas semiestructuradas con la técnica de análisis de contenido propuesto por Lüdke, surgiendo las siguientes categorías: conocimiento empírico, la falta de orientación sobre los objetivos y la fragilidad: factores que afectan el trabajo de la Educación Religiosa en la escuela primaria, y calificar las relaciones, la espiritualidad y la conciencia del valor de la oración se cumple el trabajo pedagógico con la Educación Religiosa en los primeros años. Para el análisis se observó que las deficiencias actuales son el resultado del pasado. Históricamente, la Educación Religiosa en las escuelas públicas de nuestro país fue a través de relaciones de poder y tenía la finalidad de la catequesis, la disciplina, doctrina y conducta valores coherentes de la misma fe que estaba en el poder. Con la promulgación de la ley 9475/97 y la nueva redacción del artículo 33, ya no es confesional, lo que requiere un cambio radical en el pensamiento y la comprensión de la Educación Religiosa. Con esta apertura fue mucho que desear a la formación docente en esta área. En resumen, el estudio reafirma que el tema estudiado es reconocida y apoyada por varios autores a ser de gran valor para el estudiante de la escuela primaria, pero carecen de la objetividad a la que se desarrollan en la comunidad escolar.

Palabras clave: Educación Religiosa. Los Maestros. La Capacitación. La Educación. La Trascendente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	9
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	10
1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	11
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	12
2.1 PROCESSO HISTÓRICO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	12
2.1.1 Primeira Fase – 1500 a 1800	12
2.1.2 Segunda Fase - 1800 a 1964	12
2.1.3 Terceira Fase - 1964 a 1996	16
2.2 CONCEPÇÃO DE ENSINO RELIGIOSO	20
2.3 CONTEÚDOS DE ENSINO RELIGIOSO.....	22
2.4 FORMAÇÃO DOCENTE.....	25
3 METODOLOGIA	29
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	29
3.2 QUESTÕES NORTEADORAS	29
3.3 PARTICIPANTES.....	30
3.4 COLETA DE DADOS	30
3.4.1 Entrevistas Semi-estruturadas	30
3.4.2 Observação direta	31
3.5 ANÁLISE DE DADOS	31
3.5.1 Processo de análise	32
3.5.2 Categorias emergentes	32
4 RESULTADOS	33
4.1 CONHECIMENTO EMPÍRICO, AUSÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E FRAGILIDADE NOS OBJETIVOS: FATORES QUE INTERFEREM NO TRABALHO DO ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL I	33

4.2 QUALIFICAR RELAÇÕES, SENSIBILIZAR PARA A ESPIRITUALIDADE E VALORIZAR A ORAÇÃO: MARCAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM O ENSINO RELIGIOSO NOS ANOS INICIAIS.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1 INTRODUÇÃO

1.1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Desde que o ser humano começou a ter consciência das coisas, ele já percebeu a existência de algo superior a ele, que foge da sua compreensão. Esta mesma interpretação foi feita por vários povos e culturas diferentes, e concluiu-se que vem da mesma fonte inspiradora que chamamos de Transcendente.

Para tornar mais objetivo o assunto, busca-se o sentido da palavra “transcendente”, que segundo o dicionário Aurélio (2002) apresenta muitos significados como: algo muito elevado, superior, sublime, excelso, que transcende aos limites da experiência possível, que supõe a intervenção de um princípio que lhe é superior. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER, 2009), o transcendente é um fenômeno religioso.

Entende-se por fenômeno religioso o processo de busca do ser humano pela Transcendência, que passa pela experiência pessoal até a experiência religiosa em grupo, comunidade até a institucionalização pelas Tradições Religiosas. Neste contexto o Ensino Religioso é o subsídio que vai ao encontro do educando, para lhe ajudar a entender o que é o fenômeno religioso.

Para Junqueira (1995, p.14) não é “função do Ensino Religioso escolar, promover conversões, mas oportunizar ambiente favorável para a experiência do Transcendente, em vista de uma educação integral, atingindo as diversas dimensões da pessoa.” São oportunidades que a comunidade escolar deve proporcionar ao educando, visto que nem todos têm a mesma “sorte” de nascer num ambiente que proporcione tal experiência.

Daí decorre a preocupação em averiguar nas Escolas Públicas de Uruguiana, como está acontecendo o Ensino Religioso, mais especificamente nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental I, a partir do marco histórico do Ensino Religioso no Brasil com a Lei 9394/96, onde foi dada a nova redação do Artigo 33 da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN). É importante ressaltar que a modificação deste artigo teve ampla participação de pessoas sensibilizadas e comprometidas com Ensino Religioso na escola pública no domínio da Educação Básica.

A Lei determina que o Ensino Religioso de matrícula facultativa é parte integrante da formação básica do cidadão, constituindo disciplinas nos horários normais das

escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (nova redação ao Art. 33 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996). (FONAPER, 2009)

Após quatorze anos da lei em vigor em nosso país foi possível verificar através da pesquisa de campo, a lacuna que há nas escolas a respeito do modo de compreender e trabalhar o Ensino Religioso no Ensino Fundamental. Também foi averiguado a responsabilidade e o desafio que o educador das séries iniciais encontra ao abordar a temática do Ensino Religioso, visto que não é fácil conhecer e ter uma visão da diversidade religiosa, bem como, conseguir trabalhar com estas turmas que já têm conceitos advindos da sociedade a respeito de religiosidade.

Observou-se o quanto as crianças de 1º ao 5º ano refletem na escola o que a sociedade impõe sobre a diversidade religiosa, chegando à intolerância e desrespeito entre colegas, especialmente entre os pré-adolescentes, ficando cada vez mais difícil abordar estes assuntos. Para isso os educadores precisam estar atentos às abordagens dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER, 2009), para que mesmo não sendo da área específica, mas como partes do currículo possam trabalhar didaticamente estando cientes de que a criança necessita, desde a tenra idade, conhecer a diversidade tendo outro olhar para o diferente, podendo contemplar a sua vida na alteridade.

Segundo Silva (2011), a palavra alteridade, com o prefixo *alter* vindo do latim, possui o significado de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, com estima, valorização, identificando o outro através do diálogo. É na prática da alteridade que se conectam os relacionamentos tanto entre indivíduos como entre grupos culturais religiosos, científicos, étnicos, etc.

No entanto, para que o professor chegue a este patamar de liberdade em trabalhar o Ensino Religioso na busca da alteridade é necessário que se tenha oportunidades de orientação/formação, para desenvolver um trabalho de qualidade junto aos alunos, que carecem deste conteúdo.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

- Entender o que a professora pensa sobre Ensino Religioso;
- Compreender a importância que o professor atribui ao Ensino Religioso;
- Verificar as orientações recebidas pelo professor para trabalhar o Ensino

Religioso e onde os receberam;

- Entender como o professor trabalha os conteúdos;
- Verificar os recursos e materiais que o professor utiliza para trabalhar os

conteúdos de Ensino Religioso;

- Averiguar o espaço utilizado para trabalhar o Ensino Religioso;
- Perceber como a oração é utilizada em sala de aula;
- Verificar os objetivos que o professor tem ao trabalhar Ensino Religioso.

1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Como o Ensino Religioso é Trabalhado nas Escolas Públicas do Ensino Fundamental de Uruguaiana?

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Nos últimos anos vem se acentuando mais fortemente a questão do Ensino Religioso nas escolas públicas. Esta polêmica não é atual, mas já tem uma longa história de lutas, desentendimentos e incompreensões na educação do nosso país. A falta de compreensão está ligada à obscuridade da natureza desta disciplina, bem como ao papel da escola quanto ao seu desenvolvimento. Por isso, esta disciplina não pode ser entendida como Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas uma disciplina centrada na antropologia religiosa.

2.1.1 Primeira Fase – 1500 a 1800

Para uma melhor compreensão da história do Ensino Religioso no Brasil nestes quinhentos anos, far-se-á um resumo breve desta trajetória. Conforme o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER), nesta primeira fase, de 1500 a 1800, a ênfase é a integração entre escola, igreja, sociedade política e economia, tendo como objetivo básico a integração dos alunos nos valores da sociedade. Foi um período em que o Ensino Religioso era desenvolvido como Ensino de Religião como evangelização dos gentios e catequese para os negros, conforme acordo com o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal. (FONAPER, 2009)

2.1.2 Segunda Fase - 1800 a 1964

Neste período, a educação está sob a direção do Estado-Nação e o objetivo é a escola pública, gratuita, laica para todos. Sendo que o religioso estava submetido ao estado, onde a burguesia toma o lugar da hierarquia religiosa.

Peixoto (1998) ressalta em sua obra as várias reformas realizadas nos primeiros anos da República, entre elas a reforma Rivadavia Corrêa (1911), que tentou imprimir um critério prático ao estudo das disciplinas e ampliou a aplicação do princípio de liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino. Contudo, diante dos protestos católicos e de medidas laicizantes introduzidas no sistema escolar, o

Governador de Minas Gerais em 1928, promulgou a Lei 1.092/28 reintroduzindo o Ensino Religioso nas escolas oficiais mineiras. Isto foi o resultado de um cuidadoso trabalho do clero mineiro junto à sociedade resultando em reconhecimento da parte do governo para com a Igreja.

Tinha-se a esperança que, conforme Junqueira (2007), com a nova República se conseguiria organizar no Brasil uma rede pública de “ensino para todos”, mas somente com a “Revolução de Trinta” e o Manifesto de 1932, conseguiu-se responsabilizar o Estado, por meio da Constituição de 1934, a estabelecer um Plano Nacional de Educação e a extensão da rede de ensino.

Nos anos de 1910 a 1930, ficou marcado o esforço da Igreja Católica para aproximar-se do Estado, apesar de reações oposicionistas da Maçonaria. Houve, neste período, a tentativa de organizar partidos católicos, como a Liga Eleitoral Católica (LEC), visando orientar os fiéis na escolha de candidatos a cargos políticos no processo constitucional de 1934 e 1946. (JUNQUEIRA, 2007)

Conforme Junqueira (2007), foi organizada pela Igreja Católica uma lista de questões que se julgavam fundamentais e apresentou-se aos políticos interessados em apoiá-la. Entre as questões polêmicas estava o campo da educação do Ensino Religioso, pois, segundo a Igreja Católica, a compreensão do homem, do mundo e de Deus estariam sendo progressivamente destruídas pela Modernidade e pela Maçonaria.

Neste contexto, dá para perceber que a educação, além de ser uma estratégia que a Igreja usou para desenvolver este projeto, foi também uma preocupação constante do episcopado com a concepção de educação como um todo, em especial com o ensino primário, pois revelava uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista científica.

Conforme Fávero (1996), na defesa da Igreja Católica na década de 1930, esteve Leonel França que, em Minas Gerais, teve seu texto sobre Ensino Religioso incorporado à Constituição de 1934, ficando facultativo para o aluno e obrigatório para a Escola. Entretanto, em 1937, passa a ser facultativo para ambos.

Em 1946, o Ex-Ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, responsável pela elaboração do capítulo sobre Educação da Constituição de 1946, propôs alterações à legislação de 1934, ficando o Ensino Religioso explicitado no Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, nesses termos:

O Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil decreta: Art. 1º Fica facultativo, nos estabelecimentos de instrução primária,

secundária e normal o ensino da religião. Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem. Art. 3º Para que o Ensino Religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino, é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo. Art. 4º A organização dos programas de Ensino Religioso e a escolha dos livros de textos ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito serão transmitidas às autoridades escolares interessadas. Art. 5º A inspeção e vigilância do Ensino religioso pertencem ao Estado, no que se respeita à disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores. (BONAVIDES, 1996, p.9)

No “Art. 198 a legislação do ensino adotará os seguintes princípios: V – O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável” (BONAVIDES, 1996, p.9).

Conforme Junqueira (2007), o Ensino Religioso foi introduzido nas escolas brasileiras a partir de 1931 e foi justificado pelo Ministro da Educação, Francisco Campos, com argumentos de caráter filosófico e pedagógico. No entanto, a dimensão política que estava oculta por detrás do decreto teve igualmente uma dimensão ideológica, transferindo para a Igreja a responsabilidade da formação moral do cidadão, com a Educação Religiosa.

Encontra-se a partir da década de 1940, uma perspectiva cultural-religiosa, é o período da passagem de uma economia agropastoril para uma realidade de urbanização. Em meio a este movimento migratório, deram-se maior visibilidade às particularidades culturais regionais colocando em evidência o pluralismo religioso.

Segundo Lustosa, (1992) dentro do sistema republicano, em 1889, foi empossado para o cargo do Ministério de Instrução, Benjamim Constant, até 1891. Este foi responsável por uma profunda reforma no ensino que envolveu alterações de currículo. Neste período, assumiu-se na Constituição do Regime Republicano no Brasil, a Educação de compreensão laica. Esta compreensão é decorrente da interpretação francesa que tinha como princípio a liberdade religiosa ou a “neutralidade escolar” com a ausência de qualquer tipo de informação religiosa em escolas mantidas pelo estado.

A escola pública, que até então teria assumido um ensino irreligioso, ateu ou laicista, foi condenada explicitamente pelos membros da hierarquia eclesiástica católica, já que os mesmos afirmavam que a Igreja Católica não aprovava as escolas que teriam extinguido o ensino da doutrina cristã, pois apelavam para o fato

de que a população brasileira era católica. (LUSTOSA, 1992)

Mesmo que o episcopado brasileiro sentisse a perda do espaço no novo sistema, o governo republicano deixava liberdade para que a instituição eclesiástica se expandisse e fortalecesse conforme rege os artigos:

Art. 72. § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim a adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum. § 4º A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita. § 5º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis. § 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. § 7º Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados. (BONAVIDES, 1996, p. 193).

A Igreja aceitou o novo regime, pois de certa forma sua separação oficial do Estado lhe permitiu restaurar com mais liberdade seus quadros e estreitar sua ligação com a Santa Sé. O Ensino Religioso foi introduzido na primeira LDBEN (Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional) em 1961 (Lei 4.024), que, segundo Junqueira (2007), homologou o modelo mais antigo de Ensino Religioso adotado em todo o território nacional, o Ensino Religioso confessional.

No entanto, a Comissão da Constituinte (políticos) afirma que essa disciplina causa constrangimento no cotidiano escolar sendo que alguns partidários propuseram que a disciplina fosse ministrada fora dos horários normais de aula, sem ônus para os cofres públicos.

Importante destacar que os que apoiavam a disciplina na escola não contestaram o conteúdo dos opositores, apenas concordaram que devia permanecer assim. Neste contexto, a disciplina assumiu a característica de “corpo estranho” no currículo, pelo fato de ser facultativa, por caber à docência à autoridade religiosa, por não fazer parte do sistema de educação e por dividir as turmas conforme o credo:

Art. 97. O Ensino Religioso constitui disciplina em horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrada sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o Ensino Religioso independente de número mínimo de alunos. § 2º O registro de professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva. (SAVIANI, 1996, p.3).

Este texto da Lei apenas ratificou a realidade que já existia, sendo que os Estados assumiram a legislação para a Educação conforme as perspectivas

confessionais de cada escola, e os professores realizavam seu trabalho por doação, sendo orientados pelos representantes das diferentes confissões religiosas.

2.1.3 Terceira Fase - 1964 a 1996

É um tempo marcado por profundas transformações que mexem com esquemas de referência. Com maior universalização do ensino, as contradições da sociedade são trazidas para a escola. Após a hegemonia da Igreja e do Estado sobre a escola e a educação, caminha-se para a redefinição de poderes e regulamentações no seio da instituição escolar, pois as diversas forças sociais e profissionais se articulam para assumir responsabilidades constituindo novas modalidades de funcionamento da ação escolar. (FONAPER, 2009)

Como visto, o Ensino Religioso passou por várias mudanças e conflitos ao longo da história do Brasil, decorrente das mudanças constitucionais e ideológicas do Estado. Entretanto, o modelo catequético foi o mais marcante, dado o grande tempo que vigorou nas escolas. Pode-se dizer que o Ensino Religioso no Brasil, ao longo da história, vinha sendo caracterizado pelo ensino da religião.

A busca pela liberdade, na década de 1960, no campo individual e coletivo levou as pessoas a lutarem por seus direitos civis e políticos, mas foi na década de 1970 que a formação profissionalizante tornou-se exigência para o mercado de trabalho, para que se tornassem compatíveis com as exigências do capitalismo industrial internacional.

Neste contexto os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER, 2009), vem ressaltar que o Ensino Religioso é obrigatório para a escola, concedendo ao aluno o direito de optar ou não por ele, no ato da matrícula, sendo contemplado com a reforma trazida pela Lei 5.692/71, por ser compreendido como um elemento que colaboraria na “formação moral” das gerações.

Conforme Junqueira (2007) após oito anos da promulgação da Constituição foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, a LDBEN 9.394/96, denominada “Lei Darcy Ribeiro”, que orientava os sistemas da Educação nacional para uma nova compreensão favorecendo a diversidade e a pluralidade cultural brasileira, com princípios e fins mais amplos:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios

da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidades o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (CARON, 1997, p. 120-121).

Com base nestes princípios, os educadores favoráveis a inserção do Ensino Religioso visavam tornar as relações do saber mais solidárias com ações transformadoras e valores fundamentais da vida, com o objetivo de contribuir com a sociedade brasileira nas suas diferenças e pluralidades culturais, sendo a escola um espaço de conhecimento. No entanto, com a redação final da LDBEN 9.394/96, ficou confirmado que este ensino seria sem ônus para o Estado e o corpo docente deveria trabalhar de forma voluntária, ou financiada pelas tradições religiosas, conforme rege o Art. 33:

§ 3º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa constitui disciplinas de horários normais nas escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis [...]. (CARON, 1997, p.121).

No entanto, segundo Junqueira, o art. 210 da Constituição Federal, o Ensino Religioso foi aprovado na LDBEN 9.394/96, com a seguinte estrutura:

De matrícula facultativa, uma disciplina apenas para os alunos interessados; Ministradas para os horários normais nas escolas publicas do ensino fundamental, e para as escolas de rede privada não há nenhuma determinação; Não acarretando ônus parta os cofres públicos; Oferecida conforme as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis; podendo ter caráter confessional ou interconfessional. (2007, p.37-38)

Neste caso, os professores seriam credenciados pelas respectivas Igrejas ou entidades religiosas, enquanto o interconfessional seria ministrado por professores indicados por mais de uma entidade religiosa, sendo estes os responsáveis pela elaboração e desenvolvimento do programa, cabendo à escola a responsabilidade de desenvolver atividades alternativas aos alunos que não optaram pela disciplina.

Para que o Ensino Religioso tivesse um tratamento como disciplina do currículo escolar, houve um movimento em todo o país mobilizando os professores e a sociedade. A seguir, foi reconhecida pelo Presidente da República a necessidade de reelaborar a proposição sobre o Ensino Religioso na legislação da educação. No entanto, a intenção do governo era dar nova concepção à disciplina, acenando para o fenômeno religioso, formação e valores, mas as confissões religiosas pediram à Presidência da República que autorizasse a produção de outras propostas. (JUNQUEIRA, 2007)

Sendo assim, foram apresentadas diversas propostas pelos Deputados, que reunidas em texto foi aprovado em Plenário na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sancionado, pelo Presidente da República, em julho de 1997, o novo texto do art. 33 da LDBEN:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso. (FONAPER, 1997, p. 66)

A nova redação do art. 33 focaliza o Ensino Religioso como disciplina escolar, como área do conhecimento com a finalidade de compreender o fenômeno religioso como objeto da disciplina. A inclusão dessa disciplina foi confirmada como uma das dez áreas do conhecimento que orientam o currículo nacional, e formalizada por meio da Resolução 02/98 sobre as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental:

[...] as áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Língua Materna, para populações indígenas e migrantes, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física, Educação Religiosa, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (MEC, 1998)

Como citado acima, as áreas do conhecimento é um modo de estruturar as informações essenciais que venham a auxiliar o indivíduo na sua formação garantindo a sua participação ativamente na sociedade. Todas as áreas mencionadas devem contribuir, a criança e ao adolescente, em especial, numa melhor compreensão da sociedade em que vivem, esta deve ser uma das preocupações da Educação Básica para que num futuro bem próximo eles exerçam

seu papel de cidadão de forma autônoma e consciente. Para contribuir com este pensamento, Brandenburg (2009, p.87-88) ressalta:

O Ensino Religioso configura-se como área essencial interdisciplinar. A interdisciplinaridade constitui, aliás, um dos temas teóricos mais freqüentes no campo educacional, mas de pouca expressão prática. O currículo escolar é fragmentado e fragmentador, cada área do conhecimento é um território específico e isolado dos demais.

Segundo Caron (2007), o FONAPER (fundado em 26/09/1995 em Florianópolis) desempenhou um papel importantíssimo para a disciplina de Ensino Religioso, pois foi um dos principais protagonistas do Ensino Religioso em face da atual LDB. Primeiramente, ocupou-se com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (1996 - 1997), simultaneamente com a estrutura do Ensino Religioso através da produção do Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Religioso (PCNER).

Conforme Junqueira, os integrantes do FONAPER têm procurado construir uma nova concepção de Ensino Religioso, vêm desde o seu início, articulando ações em vista da formação de professores, buscando acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, associações e pesquisadores no campo do Ensino Religioso, privilegiando "informações no campo sociológico-fenomenológico, tradições e cultura, teologias, textos sagrados orais e escritos, *ethos*, ritos, em que o professor seja um educador e não um agente religioso" (JUNQUEIRA, 2002, p. 28).

Dentro desse quadro estabelecido, foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais o seguinte objetivo para o Ensino Religioso:

Valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o transcendente na superação da finitude humana e que determinam subjacente, o processo histórico da humanidade. Por isso, deve: propiciar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informada; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável (FONAPER 2009, p.46-47).

Estes Parâmetros foram elaborados por pessoas procedentes de várias tradições religiosas que juntas conseguiram organizar o que elas têm em comum para uma proposta educacional que tem como objeto de estudo o Transcendente.

Para isto o educador que vai transcorrer nesta área precisa conhecer basicamente as Tradições Religiosas e compreender o fenômeno religioso partindo das raízes orientais, ocidentais e africanas, de acordo com o PCNER (2009).

Segundo o Estatuto do Conselho do Ensino Religioso do Estado Rio Grande do Sul, CONER/RS, ressalta no Artigo 2º que tem por finalidade, entre outras:

Congregar as denominações religiosas interessadas, com o objetivo específico de se constituírem em entidade civil, para os fins previstos no artigo 33 da Lei 9.304/96, de 20 de dezembro de 1996, com a nova redação que lhe dá a Lei 9.475/97 de 22 de julho de 1997; colaborar com as competentes autoridades na regulamentação dos processos para a definição da formulação e execução dos conteúdos básicos, urgindo o cumprimento dos mesmos; apoiar a formação de profissionais para o Ensino Religioso e propugnar, junto aos Sistemas, a necessidade da colaboração mútua, no sentido da habilitação e admissão de professores de Ensino Religioso.

Fazem parte deste grupo de estudo do CONER/RS; o Centro Budista Chagdud Gompa Brasil; Confissão Israelita; Convenção Batista do Rio Grande do Sul; Convenção das Igrejas Evangélicas e Pastores das Assembléias de Deus no Estado do Rio Grande do Sul; Federação Espírita do Rio Grande do Sul; Igreja Adventista do Sétimo Dia; Igreja Católica Apostólica Romana; Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Igreja Evangélica Congregacional do Brasil; Igreja de Confissão Luterana do Brasil; Igreja Evangélica Luterana do Brasil; Igreja Metodista e a Sociedade Islâmica de Porto Alegre, estas são as denominações religiosas filiadas ao CONERS que tem sua sede e foro em Porto Alegre/RS (Art.3º).

2.2 CONCEPÇÃO DE ENSINO RELIGIOSO

Faz-se necessário ter bem presente que durante muito tempo o Ensino Religioso teve um caráter catequético-doutrinal nas escolas públicas do nosso país, este conceito fez com que se criasse certa rejeição a esta disciplina, de ambas as partes do aluno bem como do professor.

Em tempos atuais, onde a diversidade cultural e religiosa está bem mais viva e presente em todos os ambientes, incluindo o espaço escolar, é inadmissível que não se trabalhe este âmbito na escola, visto que o ser humano é um ser de relações que interage com outros seres, com a natureza, com o Transcendente em diferentes espaços e ambientes.

Para melhor compreender o termo religioso, o FONAPER (2000) desenvolveu

uma pesquisa, que para melhor compreensão é necessário ter presente a trajetória do Ensino Religioso no Brasil, que conduz a diferentes concepções de religião do latim, *religio*, que deu origem às concepções expressas pelos verbos: *reeligere* (re-escolher), *religare* (re-ligar) e *relegere* (re-ler). Ciente destas concepções pode-se ter agora uma visão mais ampla da compreensão do Ensino Religioso que se teve no Brasil durante séculos até a compreensão atual.

O Ensino religioso, na concepção de *reeligere*, no entendimento de reescolher tinha a finalidade de fazer seguidores. Neste contexto, caracterizava-se como catequese, aula de religião, ensino bíblico, conhecimentos sobre elementos da religião. Esta concepção refletiu na LDB nº4.024/61.

Na concepção de *religare*, o significado é de religar a pessoa a si mesma aos outros, à natureza e a Deus tornando-as mais religiosas. Neste contexto, o Ensino Religioso caracterizou-se como pastoral, aula de ética e valores, com conhecimento veiculado à formação antropológica da religiosidade. Esta concepção desenvolveu-se nos anos 80, refletida na LDB nº5.692/71.

Desde 1995, com a instalação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, está se fazendo a passagem de uma nova concepção de Ensino Religioso a partir do entendimento de *relegere*, que significa reler o fenômeno religioso no contexto da realidade sociocultural. O objeto de estudo é o fenômeno religioso, e o conhecimento veiculado é o entendimento dos fundamentos desse fenômeno que parte do convívio social.

Cabe aqui salientar que a formação primária que o docente tem para trabalhar esta área da ciência religiosa é muito restrita e de pouca atração, assim como Matemática e Português, o Ensino Religioso precisa também ser planejado, estudado com sua devida atenção, de acordo com linguagem e os assuntos adequados à idade e série da turma. É preciso fazer uma releitura e dar um novo olhar para esta parte do ensino em nossas escolas, pois Boeing ressalta que:

O conhecimento do Fenômeno Religioso, elaborado pelas Ciências da Religião e sistematizado pelo currículo da Educação Básica faz parte da construção cultural da sociedade. Com o Espírito de ressignificar as diferentes dimensões da vida humana. E o Ensino Religioso como componente da formação cidadã torna-se não espaço de releitura e ressignificação do Fenômeno Religioso como também de respeito à pluralidade de cada contexto sociocultural. (BOEING, 2009, p. 10-11)

Portanto, o Ensino Religioso é componente curricular, cujas atividades que são desenvolvidas na escola, apresentam, como alguns dos objetivos, a

socialização dos conhecimentos religiosos elaborados historicamente pela humanidade, o esclarecimento sobre o direito as diferenças na construção de estruturas religiosas que têm seu valor em si mesmo. Talvez o que esteja faltando no Ensino Religioso é Espiritualidade, para ser compreendido e explorado a riqueza que há no conteúdo e nas mudanças que ele é capaz de produzir como disciplina.

2.3 CONTEÚDOS DE ENSINO RELIGIOSO

O Ensino Religioso apresenta-se, hoje, como uma questão para a educação brasileira, se não propriamente nova, ao menos renovada em suas determinações. Jaques Delors no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, apresentado para a UNESCO, destaca algumas recomendações que vêm contribuir:

Devemos cultivar como utopia orientadora, o propósito de encaminhar o mundo para uma maior compreensão mutua mais sentido de responsabilidade e mais solidariedade, na aceitação de nossas diferenças espirituais e culturais. A educação permitindo o acesso de todos ao conhecimento tem um papel bem concreto a desempenhar no cumprimento desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo e o outro a fim de melhor se compreender (DELORS, 1999, p.50).

Num momento em que as religiões ocupam maiores e mais importantes espaços sociais e políticos, a ratificação legal ocorrida recentemente em diversos níveis da legislação do país, e, dentro dela, a regulamentação do financiamento público do Ensino Religioso, representa uma mudança significativa nas relações entre as esferas públicas e privada e também na concepção do Estado laico.

A Resolução nº 256/2000, em seu Art. 3º aborda os conteúdos do componente curricular de Ensino Religioso são fixados pela escola, de acordo com seu projeto pedagógico, observadas as diretrizes curriculares nacionais e com base em parâmetros curriculares que serão estabelecidos sob a coordenação da Secretaria da Educação. Art. 4º Para a fixação dos parâmetros curriculares será ouvida entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas. Art. 5º A entidade civil de que trata o artigo anterior será credenciada pelo Conselho Estadual de Educação, com base em solicitação, instruída com os seguintes documentos: I - requerimento; II - Estatuto Social; III - relação de associados, indicando sede e endereço e responsável; IV - qualificação do corpo dirigente, com identificação, endereço de cada membro; V - parecer da Secretaria de Educação sobre a pretensão. (JUNQUEIRA, 2007, p. 51)

Segundo Caron (1999) o Ensino Religioso, como disciplina, obriga o Estado a assumir o seu papel de administrador dos bens culturais, dentre eles a educação

integral, tendo presente à dimensão religiosa do educando, integrante das demais dimensões, bem como procurar entender a religiosidade presente em todas as culturas, raças e povos, de todos os tempos com suas diversas formas de devoções, doutrinas e princípios éticos. A necessidade constante que a pessoa tem de encontrar sentido para a vida, faz com que se confirme a importância de contemplar este aspecto na educação, possibilitando o surgimento de uma cultura onde se estabeleça o diálogo, o respeito e uma convivência inter-religiosa enriquecedora.

Além disso, a escola deve proporcionar ao educando a aprendizagem do aprender a pensar, a sociedade precisa de pessoas críticas, no bom sentido, que saibam olhar as coisas de vários ângulos que saibam refletir, fazer conclusões, pessoas que reajam diante da injustiça. De acordo com Demo “[...] toda influência que se exerce sobre o aluno, precisa frutificar em sua autonomia” (2004, p.31). O autor continua a desafiar educadores e educandos, a saber, pensar e interpretar as realidades que os cercam, ao educador o desafio de largar as amarras de metodologias que aprisionam a um modo de pensar que pode se aplicar a cultura e a religiosidade. Este novo jeito de pensar na escola, para Demo (2004, p.37) é dizer que:

Podemos alargar enormemente, indefinidamente a autonomia, se soubermos pensar, conhecer, aprender. Faz parte do saber pensar não só conquistar espaço próprio, mas saber conviver com o espaço dos outros. Quem sabe pensar não usa força para convencer, mas o argumento. Ao mesmo tempo em que se sabe argumentar, promove o contra-argumento. Jamais fecha a discussão porque o sentido da discussão não é fechar, mas abrir para novas e infindáveis discussões.

É sabido, que a formação docente foi por muito tempo idealizada de modo conteudista, tradicional e hierárquica, onde o docente trazia tudo pensado, era o modo de pergunta-resposta exata. Talvez este seja o viés que ainda perpassa os sistemas públicos de educação, vindo a desencadear o problema maior com o Ensino Religioso, visto o porquê na maioria das vezes é deslocado para o fim da lista das prioridades escolares. Sendo que a outra dificuldade é a carência de docentes com formação adequada para atuar nesta área.

O sentido da lei está em garantir que a escola de Ensino Fundamental oportunize aos alunos o acesso ao conhecimento religioso. Não é seu interesse fazer com que a escola garanta aos educandos o acesso às formas institucionalizadas de religião – isto é competência das próprias igrejas e crenças religiosas. À escola compete garantir o acesso ao conhecimento religioso, a seus componentes epistemológicos, sociológicos e históricos. Pode naturalmente, servir-se do fenômeno religioso e de sua diversidade, sem, contudo, erigir uma ou outra forma de religiosidade em objeto de aprendizagem escolar. Na aula de Ensino Religioso nossas

crianças têm que ter acesso ao conhecimento religioso, não aos preceitos de uma ou de outra religião. (ZIMMERMANN, 1998, p. 11).

A capacidade de admitir o valor intrínseco que há nas diferentes crenças faz com que se crie um diálogo saudável mantendo a pessoa num patamar mais seguro e fraterno no meio onde está. Ao saber que a busca pelas respostas individuais nos cultos de fé que integram a identidade, fazem eco entre outras identidades religiosas, pode aumentar e fortalecer a fé e, ao mesmo tempo, faz a pessoa ser mais compreensiva e empática com a riqueza das outras religiões. Segundo Berkenbrock (1996, p.327), “É importante que o diálogo inter-religioso seja impulsionado pelo desejo de um melhor entendimento humano vindo a contribuir para uma melhor convivialidade humana”.

A grande quantidade de pessoas mobilizadas na década de 90 do século XX gerou a instalação do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER) tendo como objetivo ser uma organização civil de diferentes denominações religiosas para tratar sobre as questões pertinentes ao Ensino Religioso.

Tem como papel principal consultar, refletir, propor, deliberar e encaminhar assuntos pertinentes ao Ensino Religioso, com vistas às seguintes finalidades: I- exigir que a escola, seja qual for sua natureza, ofereça o Ensino Religioso ao educando, em todos os níveis de escolaridade, respeitando as diversidades de pensamento e opção religiosa e cultural do educando, vedada discriminação de qualquer natureza; II- contribuir para que o pedagógico esteja centrado no atendimento ao direito do educando de ter garantida a educação de sua busca do Transcendente; III- subsidiar o Estado na definição do conteúdo programático do Ensino Religioso, integrante e integrado às propostas pedagógicas; IV- contribuir para que o Ensino Religioso expresse uma vivência ética pautada pelo respeito à dignidade humana; V- reivindicar investimento real na qualificação e habilitação de profissionais para o Ensino Religioso, preservando e ampliando as conquistas de todo o magistério, bem como a garantia das necessárias condições de trabalho e aperfeiçoamento; VI- promover o respeito e a observância da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e dos outros valores universais; VII- realizar estudos, pesquisas e divulgar informações e conhecimentos na área do Ensino Religioso (CARON, 2007, p. 135).

Como visto, o Ensino Religioso tem de atuar como ponte que conduz os estudantes ao caminho do bem, aos valores humanistas construídos com as bases sólidas do amor, da fraternidade, da bondade, da honestidade, da humildade e, principalmente, do respeito àqueles cujas opiniões divergem das nossas. São conceitos, infelizmente, cada vez mais escassos num mundo onde prevalece a coisificação, o descartável, o consumismo e outros, provocado pelo mundo do materialismo. Portanto, é papel dos educadores indignarem-se e procurar reverter

esse quadro, comprometendo-se com a qualidade do futuro das novas gerações.

2.4 FORMAÇÃO DOCENTE

Conforme o Conselho Nacional de Educação, no seu Parecer de 11/03/97, percebe-se a necessidade de um professor habilitado e não mais de um representante de alguma denominação religiosa. Isso se confirma através da nova redação do Artigo nº 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96, sancionada em 22/07/97, que em seu § 1.º prevê o profissional capacitado para esta área.

O Ensino Religioso foi estadualizado e municipalizado, portanto a formação do docente está sobre a responsabilidade do Estado e do Município. O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED/RS) expediu em 2000 o Parecer Nº 290/2000 e a Resolução Nº 256/2000, regulamentando a habilitação de professores de Ensino Religioso e os procedimentos para a definição dos conteúdos desse componente curricular:

Art. 1º São habilitados a lecionar Ensino Religioso em escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino os professores: I - titulados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e/ou nos quatro anos iniciais do ensino fundamental, para atuar nesses níveis da escolarização; II - os licenciados em qualquer área do currículo que tenham realizado curso ou cursos de preparação para lecionar o componente curricular Ensino Religioso, para atuar nos quatro anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. § 1º O curso, ou a soma da carga horária dos cursos, de que trata o inciso II, deverá totalizar, no mínimo, quatrocentas horas. § 2º O curso ou os cursos poderão ser oferecidos pelas denominações religiosas ou por estabelecimentos de ensino, independente de autorização, nas seguintes modalidades, conforme o caso: I - curso de atualização ou aperfeiçoamento; II - curso de qualificação profissional; III - curso de extensão universitária; IV - curso em nível de pós-graduação. Art. 2º A comprovação da titulação referida no artigo anterior e seus parágrafos são suficientes para a contratação ou admissão a concurso para provimento de vagas decorrentes da oferta do Ensino religioso em escolas públicas. (JUNQUEIRA, 2007, p. 51)

A prática do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras foi bastante marcada pela presença católica, sendo a atuação pedagógica de cunho confessional até a década de 1970, deixando muitas marcas na compreensão do Ensino Religioso escolar.

Para a Igreja Católica que sempre defendeu o Ensino Religioso na escola, a partir da Constituinte de 1988, concede o espaço para a atuação de educadores leigos, que estão inseridos nos diferentes meios sociais e que podem muito bem contribuir, buscando especialização do assunto.

O que antes era feito somente pela Igreja Católica, agora é assumido, de modo especial, pelos próprios educadores, graças ao incentivo da própria Igreja em devolver à sociedade as suas funções por dever, na conquista de seus direitos de cidadania, dentre os quais o da garantia do Ensino Religioso na escola pública. (CARON, 1997, p.16).

No ambiente escolar, o Ensino Religioso é compreendido por muitos setores como sendo ainda um elemento eclesial, visto que é marcado por um substrato sócio-econômico-político e cultural. “Assim sendo torna-se, na visão de muitos educadores, um elemento estranho ao sistema de ensino, acarretando dificuldades de natureza pedagógica e administrativa” (FIGUEIREDO, 1995, p.23).

Na busca da razão de ser do Ensino Religioso, Figueiredo encontra a resposta na própria terminologia da palavra e na pessoa, “Toda e qualquer reflexão sobre a pessoa humana, como sujeito da educação, não pode perder de vista a sua dimensão religiosa, ou seja, as predisposições do ser para a experiência religiosa individual que nasce do *eu* mais profundo” (FIGUEIREDO, 1995, p.46).

Neste sentido, o Ensino Religioso está voltado para o aguçamento da sensibilidade religiosa, que segundo Caron (1999, p.38) apresenta como proposta pedagógica o desafio de “colocar-se a serviço do desenvolvimento da religiosidade do ser humano, isto é do desejo de busca do sempre mais, de algo que o impulsiona ao translimite, ao transcendente dentro ou fora da religião”.

De acordo com Junqueira (2002, p.125-126), o educador no Ensino Religioso tem papel relevante, pois:

a) deve ser guia e estar atento e disponível aos caminhos dos educandos; b) deve escutar o que os alunos sabem e necessitam expressar; c) não deve ser o único e principal informante; d) deve conectar os temas propostos a outros conteúdos e à realidade; e) deve possibilitar a intervenção do maior número de alunos; f) deve dar fisionomia pessoal ao seu trabalho; g) deve dar organicidade ao processo educacional; h) deve ter a compreensão do educando como sujeito competente e capaz, que necessita partilhar sua vida com o grupo; i) deve saber organizar os espaços e o tempo de acordo com as exigências do trabalho a ser executado.

As competências destacadas acima devem ser entendidas para todos os docentes, visto que o educador das Séries Iniciais é alguém que está mais próxima do aluno fazendo a mediação da aprendizagem, sendo assim Libâneo (2003, p.28) complementa a função do educador salientando que, “Como mediador, o educador deve propiciar condições favoráveis para a apropriação crítica, criativa, reflexiva, significativa e duradoura do conhecimento, condição para o exercício consciente e ativo da cidadania”. Estas atitudes precisam ser apreendidas pelo educador para

que faça parte do seu trabalho com o aluno.

Na relação interpessoal do docente com o aluno, devem manter o respeito entre ambos acima de tudo, sendo assim, o Referencial Curricular para o Ensino Religioso do Sistema Estadual de Ensino do RS (2006, p.9), recomenda ao professor de Ensino Religioso na sua relação, educando-conhecimento-educador, algumas características tais como:

a) ser habilitado e conhecer o fenômeno religioso e suas conseqüências sócio-culturais no contexto da educação em geral; b) ser capaz de compreender o pluralismo religioso presente na sociedade brasileira e de interagir com ele; c) desenvolver um pensamento autônomo, criativo, interrogativo e mediador, diante de um amplo referencial cultural; d) comprometer-se com seu desenvolvimento pessoal e profissional, através de uma formação continuada e aberta à sua atualização, com flexibilidade para o aprendizado do novo; e) apresentar um compromisso pautado em princípios éticos, com a transformação social e com a afirmação da construção da cidadania como patrimônio coletivo de toda a sociedade civil; f) adquirir habilidades comunicativas e domínio das novas linguagens e tecnologias, para articular a prática pedagógica com meios de comunicação atualizados; g) admitir que o educando é pessoa, sujeito-como-sujeito, manifestação da realidade e da alteridade; h) promover relações interdisciplinares e transdisciplinares, envolvendo os diferentes componentes curriculares, favorecendo a formação integral, fim último da ação educativa.

Estas características vêm contribuir na interação do processo ensino aprendizagem, que precisam estar pautadas na vida do docente de Ensino Religioso, bem como na vida de todos os profissionais da educação, pois não dá para divergir as qualidades pessoais das competências profissionais. Para contribuir com este pensamento, Libâneo (1991, p.42) destaca que o professor deve:

Saber interagir com o aluno, respeitar as diferenças individuais, saber que somente o aluno é o autor da própria aprendizagem e incentivar a pesquisa e a criatividade. Esses aspectos podem, sem dúvida, ser observados na formação de professores das séries iniciais. Esta pessoa, atuante no processo de ensino-aprendizagem, agente de transformação social, integrante essencial do processo da educação, não é apenas professor. Ele participa de outros contextos de relações sociais que, na sua articulação, afetam a atividade prática do professor. A eficácia do trabalho docente depende de sua filosofia de vida, das convicções sociais e políticas, do preparo profissional, das características da vida familiar e da satisfação pessoal, entre outros fatores.

Frente a este subsídio, confia-se ao professor a mediação entre o saber e o educando. Ele é o link que ajudará o aprendiz a estabelecer o seu conhecimento prestando-lhe as informações adequadas e necessárias à sua formação integral. Portanto, percebe-se a importância do docente ter uma formação qualificada com embasamentos práticos e teóricos, contudo não será suficiente se não tiver paixão

pela causa, pois segundo Rubem Alves (1991, p. 11-12), o educador não exprime uma função, mas sim uma vocação:

Professores há aos milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda a vocação nasce de um grande amor de uma grande esperança.

Daí decorre a necessidade de cultivar no profissional da educação, paixão pela causa resultando em uma pessoa flexível, criadora, humana, sensível, que tenha compaixão e não tenha medo, mas que tenha confiança no que pode vir a enfrentar no futuro, esse grande desconhecido, permitindo ao educando ser também o responsável pelas possíveis transformações que viram.

3. METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser um estudo de cunho etnográfico através da qual foi possível ter um contato direto com o fenômeno estudado, possibilitando colher informações importantes à coleta de dados. Este método de pesquisa oportuniza ao pesquisador observar diferentes situações que ocorrem no espaço físico bem como nas relações que permeiam este ambiente.

A abordagem etnográfica permeia por vários métodos para a coleta de dados dos quais pode-se citar alguns: observação, entrevistas, histórias de vida, pesquisa documental... O papel da pesquisa etnográfica está sendo cada vez mais experimentado, em razão de que ela apresenta informações de um determinado grupo com influência social. Segundo Lüdke (1986, p. 11) o estudo etnográfico permite que se conheça o fato onde ele ocorre.

A etnografia tem um sentido próprio: é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo. Dessa forma, permite que se pense sobre o tema dentro de um contexto cultural, interpretando todas as suas manifestações.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de saber como o Ensino Religioso é realizado nas escolas públicas do Ensino Fundamental de Uruguaiana, do 1º ano ao 5º ano. Tendo presente que embora o Ensino Religioso, nas séries iniciais, não conste como uma disciplina específica, salvo no 5º ano, faz parte do currículo escolar.

3.2 QUESTÕES NORTEADORAS

- O que o professor entende por Ensino Religioso?
- Que importância o professor atribui ao Ensino Religioso em suas aulas?
- Que orientações os professores tem para trabalhar os conteúdos de Ensino Religioso? E onde receberam?
- Que conteúdos o professor trabalha em sala de aula?
- Como o professor trabalha os conteúdos relacionados ao Ensino Religioso?
- Que recursos o professor utiliza para trabalhar os referidos conteúdos?
- Que espaço o professor utiliza para trabalhar o Ensino Religioso?

- O professor utiliza as orações em sala de aula? Como?
- Que objetivos o professor tem ao trabalhar os conteúdos de Ensino Religioso?

3.3 PARTICIPANTES

As participantes da pesquisa foram escolhidas de forma aleatória, tendo o cuidado de que fossem cinco professoras de escolas diferentes, sendo duas de escola municipal e três de escolas estaduais. As professoras que trabalham no município serão identificadas como P1 e P3. A P1 trabalha há 28 anos no Magistério, tem 46 anos, é formada em Pedagogia e pós graduada em Psicopedagogia, atualmente têm uma turma de 27 alunos do 3ºano. A P3 atua no Magistério há 14 anos, tem 35 anos de idade, sua formação é curso normal e curso Superior em História, trabalha com uma turma de 30 alunos do 4ºano.

As três professoras que trabalham em escolas Estaduais serão chamadas de P2, P4 e P5. A P2, que atua no 1ºano com uma turma de 26 alunos, tem 32 anos de idade e 9 anos de magistério. Atualmente está cursando Pedagogia à distância. A P4 é formada em Pedagogia e Orientação Educacional, atua no magistério há 24 anos, sua idade é 44 anos, trabalha com 25 alunos do 5ºano. A P5 tem 34 anos de idade e 15 de magistério, é formada em Pedagogia e trabalha com uma turma de 27 alunos, do 2ºano. Todas as entrevistadas foram muito atenciosas e aceitaram gentilmente o convite para colaborar no trabalho de pesquisa.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada da seguinte forma: no primeiro momento foi realizado o contato com a direção da escola, com a solicitação de realização do trabalho, em seguida uma conversa com cada professora e agendamento da entrevista. Após essas etapas aconteceram as entrevistas semi-estruturadas e observações registradas num diário de campo.

3.4.1 Entrevistas Semi-estruturadas

A entrevista semi-estruturada é uma técnica utilizada para, no primeiro

momento, captar dados de uma forma imediata e direta para o encaminhamento do problema e da pesquisa. Lüdke (1986, p.34) caracteriza o valor da entrevista frente às outras técnicas, “A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada”.

Após o contato com a escola, foi feito o agendamento com as entrevistadas, em horários disponibilizados pelas mesmas, no espaço da escola. As entrevistas tiveram a duração de, aproximadamente, 55 minutos cada uma. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das entrevistadas, foram transcritas, para serem utilizadas na pesquisa. Foi assegurado às participantes que após a transcrição das entrevistas seriam destruídas as informações nelas contidas. Segundo Lüdke (1986, p. 37):

É importante que o entrevistador esteja bem informado sobre os objetivos da entrevista e de que as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins da pesquisa, respeitando-se sempre o sigilo em relação aos informantes. É preciso que ele concorde, a partir dessa confiança em responder as questões, sabendo, portanto que algumas notas têm de ser tomadas e até aceitando um ritmo com pausas destinadas a isso.

O transcurso da entrevista foi agradável, num clima de abertura e confiança da parte do entrevistado, sentindo-se seguro em suas respostas.

3.4.2 Observação direta

Ao realizar as observações é possível constatar dados importantes abordados na entrevista, bem como dados novos que se fazem de valia para o decorrer da pesquisa. Com a observação direta em sala de aula, o pesquisador entra em contato direto com o fenômeno da pesquisa, gerando muitas vantagens. Lüdke (1986, p.26), ressalta que: “Em primeiro lugar, a experiência direta é, sem dúvida, a melhor tese de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno”.

Neste sentido, foram realizadas 10 observações diretas, com 1 hora de duração na sala de cada educadora. As observações foram realizadas em momentos diferentes sem agendamento anterior. Procurou-se registrar detalhes que são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa que serão encontradas no corpo do texto registradas como “notas de campo”.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Foram utilizadas as leituras dos teóricos que se tornam relevantes para a pesquisa, como Lüdke (apud PATTON, 1986, p.42);

[...] a análise dos dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que existe é sinterização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo.

3.5.1 Processo de análise

Após a realização das entrevistas e as observações foi efetuada a análise de conteúdos, suposta por Bardin (1977).

- 1º Leitura e releitura das entrevistas para a impregnação do significado dos conteúdos;
- 2º Análise vertical, através da leitura de todos os itens de cada entrevistado, assinalando as idéias chaves;
- 3º Análise horizontal, trabalhando cada questão com todos os entrevistados;
- 4º Síntese das idéias-chave
- 5º Síntese com exploração intensa do material a fim de esclarecer e definir as categorias.

3.5.2 Categorias emergentes

Após a análise dos dados, surgiram duas categorias:

- Conhecimento empírico, ausência de orientação e fragilidade nos objetivos: fatores que interferem no trabalho do Ensino Religioso no Ensino Fundamental I.
- Qualificar relações, sensibilizar para a espiritualidade e valorizar a oração: marcas do trabalho pedagógico com o Ensino Religioso nos Anos Iniciais.

4 RESULTADOS

4.1 CONHECIMENTO EMPÍRICO, AUSÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E FRAGILIDADE NOS OBJETIVOS: FATORES QUE INTERFEREM NO TRABALHO DO ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Essa categoria trata da compreensão que o professor tem em relação ao Ensino Religioso, da falta de conhecimentos teóricos, de orientação e de uma linha sistemática de ensino, deixando inconsistentes os objetivos que quer alcançar.

Na pesquisa realizada ficou bem evidente a dificuldade dos professores trabalharem este conteúdo de ensino, tendo em vista que 90% das participantes tiveram seu período de formação acadêmica há mais de 15 anos e nem todos tiveram a oportunidade de aprofundar este conhecimento.

Conforme Freire (1991), o Ensino Religioso deve estar com um olhar voltado para a prática pedagógica dialógica, onde exige uma relação crítica e construtivista entre educadores e educandos com seus respectivos universos culturais. Sabendo que ensinar religião não é apenas transmitir conhecimentos, mas o que foi apreendido terá seu respaldo na sociedade com responsabilidade. Para isto exige do docente, conhecimentos nesta área da educação.

O docente que atua no Ensino Fundamental I tem assegurado as didáticas no Curso Normal Médio que nem sempre são suficientes para a sua prática pedagógica. Sabendo das mudanças realizadas nos últimos anos em relação ao ensino e mais especificamente na área do Ensino Religioso fica por vezes a desejar o trabalho docente por falta de formação continuada.

Frente a esta realidade, a professora P1 relata as dificuldades em relação às mudanças bem como a falta de formação: “[...] Nos meus anos de magistério eu vi que a cada ano foi se dando um enfoque diferente ao Ensino Religioso, eu mais ou menos fui acompanhando”, mas ressalta que “É muito falho para nós, por parte dos órgãos competentes, não tem uma pessoa especializada que trabalhe conosco na parte dos conteúdos, sempre é pra nós relacionar com os outros conteúdos que nós estamos trabalhando, e cada um trabalha a sua maneira”.

As escolas públicas, onde foi realizada a pesquisa, não oferecem para os professores uma linha de trabalho para o desenvolvimento do Ensino Religioso em suas aulas, ciente de que não é uma disciplina específica no Ensino Fundamental I,

mas que faz parte do currículo. Frente a esta afirmação, alguns professores atribuem importância ao Ensino Religioso para mediar alguns momentos conflitantes.

Algumas vezes o Ensino Religioso fica a mercê das necessidades ocasionais em sala de aula, como aconteceu na observação da P1: *“A turma ao voltar do recreio estava muito agitada, porque houve um desentendimento entre dois alunos na hora do recreio, onde um chutou a perna do outro e acabaram batendo-se. A professora aproveitou a ocasião para conversar com a turma sobre o que aconteceu no recreio, Fez toda a turma refletir, a partir da intenção com que se fazem as coisas. Seguiu pedindo que os dois alunos pedissem desculpa um ao outro.”* (nota de campo)

Segundo o relato da professora, este é um caso que ocorreu na turma e ela atribuiu este tempo de conversa e reflexão com os alunos como sendo Ensino Religioso. Assim há falta de esclarecimento quanto ao conteúdo de Ensino Religioso, embora, os fatos que acontecem na turma devam ser refletidos com a mesma buscando soluções em conjunto. Por outro lado, ressalta a religião como sendo um recurso para “resolver problemas” quando eles surgem, contudo, o objetivo do Ensino Religioso na educação escolar é bem mais amplo.

Considerando-se as situações acima, compreende-se a dimensão, carecida de compreensão por parte dos docentes, em relação ao Ensino Religioso e Cortela (2007, p.25) ressalta que:

A construção da competência do docente de Ensino Religioso, por ser área profundamente delicada e usualmente polêmica, carece de maior substância e necessita ser feita de forma embasada, consistente e metódica, com os recursos e reflexões da Didática e da Pedagogia sobre os processos educativos.

Por vezes, percebe-se que a falta de conhecimento teórico, de uma proposta de trabalho da escola ou de se ter como uma das prioridades o desenvolvimento dos conteúdos, faz o docente assumir uma postura frente a um conteúdo para o qual ele não está preparado, ignorando-o como se não fosse necessário. Em outros casos, o docente trabalha a partir do seu conhecimento pessoal, de sua experiência de vida. Isto é o que a P4 confirma: “[...] meu trabalho é fundamentado na experiência que tenho como catequista na minha vivência religiosa e no meu conhecimento bíblico”.

Nesse sentido, é prudente afirmar que, mesmo que o docente não tenha uma formação mais específica na área do Ensino Religioso, ele poderá vir a desenvolver um trabalho satisfatório, mesmo com lacunas, com seus alunos. Assim, se o docente tiver um bom embasamento pessoal de vida religiosa (independente do seu credo),

atitudes conscienciosas, e experiências significativas que levem a reflexões pessoais, será uma pessoa mais ciente do trabalho que desenvolve.

Conforme Silva (2004), o Ensino Religioso nas escolas públicas, deve respeitar profundamente a fé dos alunos, seja ela qual for, desde a pertença religiosa há alguma forma de ateísmo. As aulas devem ajudar os alunos a amadurecerem, sem contar necessariamente, com a fé como ponto de partida. É necessário que o Ensino Religioso como disciplina, proporcione aos alunos experiências, informações e reflexões que os ajudem a cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido mais profundo de sua existência, de sua vida em comunidade e de seu projeto de vida.

Por isso, a importância do docente estar bem esclarecido quanto a esta disciplina, para que ele venha auxiliar e colaborar na formação do *ser* do aluno. E, para isto, é necessário ter um conhecimento geral das diversas religiões para poder esclarecer aos alunos o que difere umas das outras (cristãs e não cristãs pentecostais...) e o que têm em comum, sempre com o cuidado de não fazer proselitismo.

Pela falta de formação, conhecimentos e informações a P2 revelou um fato que aconteceu na sua turma: *A professora trabalhou os símbolos da páscoa com a turma, mas um dos alunos que pertence à religião judaica teria dito a professora, que a sua mãe lhe pediu que não fizesse este tipo de atividade por não fazer parte de sua crença. A professora respeitou e não exigiu do aluno estas atividades. Mas os colegas ficaram inquietos e queriam saber por que o colega não fazia a mesma atividade que eles. (nota de campo)*

Para solucionar o problema na turma, a professora deveria ter explicado como procede a religião em que o aluno e sua família fazem parte, ter apresentado seus costumes, ritos, uma explicação que fosse compreensível à idade das crianças, ter falado sobre quais as religiões que fazem parte do cristianismo que celebram a páscoa e demais datas reservadas aos cristãos, com suas simbologias, cultos e manifestações de fé.

Para contribuir, argumentando este fato, Passos (2007, p.65) ressalta que;

[...] o conhecimento da religião faz parte da educação geral e contribui para a formação completa do cidadão, devendo assim, estar sob responsabilidade dos sistemas de ensino e submetida às mesmas exigências das demais áreas do saber que compõem os currículos escolares.

Esta é uma proposta da Ciência da Religião, pois é sabido que educar alguém é transmitir informações e construir conhecimentos e valores que venham contribuir na vida, no ser integral do educando. Mas, enquanto não se proporcionar este tipo de formação ao docente, a deficiência nesta disciplina vai se prorrogando e a perda é exclusiva do educando, já que este é um assunto que não é bem aceito por muitos educadores que acabam ignorando-o por completo em suas aulas.

É importante ressaltar que cada professor busca alcançar seus objetivos com Ensino Religioso, conforme a necessidade da sua turma e que, às vezes, parece não estar bem esclarecido aonde quer chegar, pois a P1 tem como objetivo: “De imediato o meu objetivo é o melhor relacionamento para a sala de aula, o respeito, fazendo que gostem dos colegas, que sejam pessoas bem melhores, que não sejam malvados e egoístas”. E em longo prazo a professora espera “[...] que sejam pessoas melhores no amanhã, dignas e conscientes e que saibam dar valor ao que é necessário”.

A professora trabalha o Ensino Religioso com objetivos a curto e longo prazo, contudo é preciso ter em mente que para se alcançar algo é mister planejar os conteúdos de ensino hoje, tendo em vista onde se quer chegar. Mas, para tanto, a escola deveria comprometer-se mais em auxiliar os professores com esclarecimentos dos conteúdos que devem ser trabalhados neste 1º ciclo.

De acordo com o Referencial Curricular para o Ensino Religioso na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino (2006, p.9), o objetivo do Ensino Religioso para os Anos Iniciais é:

Valorizar a vida como criação do transcendente, reconhecendo nossa responsabilidade pela preservação; Conhecer a sua própria cultura, respeitando os valores das diversas tradições religiosas, possibilitando à convivência, o respeito, a tolerância e a solidariedade com o diferente; Conhecer os textos sagrados, orais e escritos, das diversas manifestações religiosas nas diferentes culturas.

Percebe-se que os objetivos são bem mais amplos e que neste período a criança necessita fazer esta experiência e fortalecer a idéia do Transcendente, independente de religião. Esta oportunidade que a escola oferece ao educando certamente o ajudará no estabelecimento da consciência moral, na internalização de valores e num modo mais consciencioso de resolver as coisas que acontecem a sua volta.

De acordo com a prática diária da P3, percebe-se que há uma sintonia e um bom acolhimento por parte da turma no momento da oração inicial: “Ao *chegarem* à

sala de aula, a professora espera que todos se acomodem para iniciar o momento de oração. Ela pediu que a turma baixasse a cabeça, fechasse os olhos e lembrasse pessoas e situações pelas quais gostariam de rezar, em seguida motivou a turma a expressar em voz alta seus pedidos e desejos. Alguns alunos pediram por familiares doentes ou que estão viajando, por animais de estimação que fugiram, agradecendo à escola, comida, saúde...Concluindo este momento com a oração do Pai-Nosso e com o pensamento do dia.” (nota de campo)

A professora tem esta prática diária com objetivo de formar pessoas para uma sociedade mais humana e sensível, com um olhar mais voltado para o outro. No entanto este é mais um desafio para os educadores de hoje, que convivem numa sociedade que incentiva ao individualismo e a busca de soluções imediatas, contudo superficiais. A experiência do Transcendente necessita de uma caminhada experimental, alimentada diariamente com reflexões e fortalecida segundo a crença de cada indivíduo.

Conforme Junqueira (1995, p.24) o grande desafio dos educadores é proporcionar ao educando a experiência do Transcendente:

Possibilitar a cada indivíduo a experiência da dimensão religiosa, o sentido radical da vida humana, para uma posterior organização das próprias idéias e do compromisso com uma das múltiplas e diversificadas formas de expressão da religiosidade humana, é o grande desafio que a história apresenta aos educadores que atuam na área do ensino Religioso.

Atualmente, na sociedade, bem como nas famílias, assumiram-se muitas responsabilidades que sobrecarregaram os indivíduos distanciando da vida comunitária e da prática da fé. Compreende-se que vários são os fatores que contribuem para estas atitudes, entre eles talvez o vazio interior faz com que a pessoa se sobrecarregue buscando preencher-se com coisas externas, sufocando as oportunidades de experiência com o Transcendente.

Contudo a P4 relata os principais objetivos que tem ao trabalhar o Ensino religioso: “[...] despertar o aluno para o amor a Deus como Criador e Pai, a Jesus Cristo como nosso Salvador e irmão e todas as pessoas que nos cercam como nossos irmãos, filhos do mesmo Pai; melhorar a auto-estima do aluno através da sua valorização como ser humano, criatura perfeita criada a imagem e semelhança de Deus; diferente dos outros seres vivos por sua dimensão espiritual; qualificar as relações deles, alunos, colegas, a família e a comunidade em que estão inseridos”.

Esta professora trabalha o Ensino Religioso com características catequéticas,

tendo em vista que o seu embasamento para desenvolver o trabalho em sala de aula está, “[...] fundamentado na experiência que tenho como catequista, minha vivência religiosa, meu conhecimento bíblico”, foi o que relatou a P4. Sendo que não recebe, nem da escola nem dos órgãos competentes, formação ou orientação de como trabalhar o Ensino Religioso.

Segundo o Referencial Curricular para o Ensino Religioso na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino (2006), ressalta que o Ensino Religioso, como componente curricular, tem sua prática didática alicerçada na preparação e compreensão de saber, quem é o educando, o que vai ser ensinado e como desenvolver este assunto no cotidiano da sala de aula. Portanto, isto significa que, assim como as outras disciplinas, é necessária organização social das atividades, bem como do espaço e do tempo e da definição de critérios para a seleção e uso de materiais e recursos.

Frente a estas situações, em relação à formação do docente para trabalhar o Ensino Religioso, fica em aberto a grande questão; porque a formação não está sendo oferecida aos professores deste município, onde está o impasse? Enquanto não houver interesse e organização por parte dos órgãos responsáveis e dos professores, continuará esta concepção de ensino por tempo indeterminado.

Em relação a este fato, é importante que se reflita com mais afinco, pois estamos passando por um período de muitas mudanças e o aluno que está sobre a responsabilidade do docente precisa de esclarecimentos do mundo que o rodeia. Para a criança/adolescente que está em fase de estruturação dos conhecimentos, pode causar certa confusão ao assimilar tais informações, quando a P4 em sua aula explica sobre: [...] *“os santos da Igreja Católica e de outros dogmas enquanto que nas suas Igrejas pregam ao contrario.”* (nota de campo)

Faz-se necessário transformar a sala de aula num espaço de liberdade de pensamento e de construção do conhecimento. Lugar onde se estimule o aprender a pensar e não receber verdades prontas. Neste sentido, se educará para o respeito à diversidade, dentro de um espírito de total liberdade:

O momento histórico em que vivemos nos solicita para uma abertura com relação às culturas e religiões diferentes da nossa, não só para satisfazer um interesse cognitivo e uma espontânea curiosidade, mas também para estabelecer comparações e estreitar os laços, a fim de realizar, quem sabe, uma união da humanidade além das diferenças (BELLO, 1998, p.169).

Sabemos que o docente precisa estar ciente desta realidade e para tanto

deve estar preparado e aberto para buscar e acolher outras possibilidades de trabalhar com as diferenças num clima de serenidade e confiança. Sendo assim, a motivação do professor faz toda a diferença em uma sala de aula, como relatou a P5: “Acho que é muito importante nós professores ter auto-estima, pois tem muitos professores que não dão muita importância na valorização da criança como pessoa. Eu vou ser sincera, eu tenho uma base cristã, então assim eu to sempre procurando espaço para valorizar o que Deus tem me dado, então este é dos passos importantes pra que eu ajude a valorizar meu aluno”.

Dá para perceber nitidamente o docente que tem uma espiritualidade, pois é algo que transparece em todo o seu jeito de ser e no modo de fazer as coisas, e o que a docente falou na entrevista ficou comprovado na observação em sala de aula. A escola onde ela atua é carente, e alguns alunos apresentam dificuldades na aprendizagem, mas a motivação com que ela trabalha supre estes desafios e faz com que cada aluno caminhe cada um em seu ritmo.

Neste contexto, Resende (2006, p.116) ajuda a compreender a motivação do docente através de uma definição, “A motivação baseia-se em dois pilares”. O primeiro deles é a necessidade. Se você precisa, vai “correr atrás” e se dedicar. O segundo é a paixão. “Se você gosta, ama o que faz, vai querer melhorar sempre”. Talvez estas definições não estejam bem claras para o docente que não consegue desenvolver um trabalho de qualidade junto aos seus alunos.

Quanto a isto, a P5 contribuiu com a experiência que faz com algumas colegas de trabalho: “Muitos professores não têm auto-estima em acreditar em si e sentir-se melhor, com isto têm dificuldades de passar para os alunos esta motivação, pois só podemos dar aquilo que temos e acreditamos. [...] tem professores que não sabem dar uma boa tarde para os colegas, como vão ensinar os alunos estas boas maneiras básicas? Penso que nós temos um papel importantíssimo na sociedade, pois podemos contribuir positivamente ou negativamente.”

Portanto, é fundamental que a pessoa que opta pelo magistério vá aos poucos se auto-avaliando e confirmando-se nesta vocação de docente, pois como visto, a influência que o professor exerce na vida do aluno é de muita responsabilidade, e conseqüentemente se refletirá na sociedade. Este é um hábito que a P2 tem diariamente em sua turma: *“Aproveita todas as oportunidades para trabalhar as palavras mágicas com a turma, desde a chegada à sala de aula até a saída, mantendo uma boa convivência entre a turma” (nota de campo).*

De acordo com FONAPER (2009, p. 65) o 1º ciclo se caracteriza pelo período da ritualização formal em que:

O educando é introduzido no trabalho metódico, na convivência social, na codificação e decodificação do conhecimento, na contemplação que o ajudará no estabelecimento da consciência moral, na interiorização de valores, na organização do superego e no fortalecimento da idéia do Transcendente que traz ou não em si.

Recentemente as escolas públicas brasileiras estão sendo mais desafiadas a acolher, conhecer e respeitar a diversidade dos sujeitos presentes no cotidiano escolar através das relações sociais e práticas curriculares dentro da escola. Nesta perspectiva da formação plena do cidadão, no contexto de uma sociedade cultural e religiosamente diversificada, na qual todas as crenças, expressões religiosas e não-religiosas devem ser respeitadas, que se insere o Ensino Religioso como componente curricular nas escolas públicas.

Tendo em vista a atual tendência da sociedade, na constituição de valores, (consumismo, individualismo, modismo, tudo é descartável...) muitas são as dificuldades que a família, escola e comunidade de fé, estão encontrando para educar as crianças e os adolescentes no caminho da integridade. Sentindo na prática estes desafios, a P3 ressalta que trabalha o Ensino Religioso no intuito de: “Formar cidadão para uma sociedade mais humana e carismática, preocupada com os outros, para que sejam sensíveis e cheguem a pensar – se eu estou feliz, devo ajudar ao meu irmão para que ele também esteja feliz”. Relata também, que nem sempre a família contribui na formação de seus filhos. “Tem algumas famílias que contrapõem-se aos valores que ensino e reflito com as crianças em sala de aula.”

Com relação a este aspecto, o papel do professor é fundamental, atuando como mediador destes grupos de vivência do aluno. O docente tem que ajudá-lo encontrar sentido e significado para a sua vida, mesmo em meio às contradições, faz-se necessário manter postura e convicção nos valores fundamentais de convivência. Para contribuir neste aspecto Delors (2006, p.99) reafirma um princípio fundamental na educação:

[...] a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Contudo, percebe-se que o docente, mesmo em meio às fragilidades por falta de orientação para trabalhar o Ensino Religioso com segurança e autonomia, ele procura a seu modo contribuir na formação integral do educando. Sabendo da responsabilidade e da interferência que o professor tem na vida da pessoa, os órgãos competentes teriam que pensar e proporcionar formação intelectual-permanente ao professor das Séries Iniciais.

4.2 QUALIFICAR RELAÇÕES, SENSIBILIZAR PARA A ESPIRITUALIDADE E VALORIZAR A ORAÇÃO: MARCAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM O ENSINO RELIGIOSO NOS ANOS INICIAIS.

Esta categoria salienta como é desenvolvido o trabalho pedagógico do Ensino Religioso nas Séries Iniciais, bem como o espaço que o docente ocupa no dia-a-dia na sala de aula ou em dias específicos e a qualidade de ensino que é proporcionada ao aluno, considerando que nesse período, as disciplinas estão integradas às demais com exceção do 5º ano. Ressalta, também, a importância que tem a oração como momento de sensibilização trazendo a vida para ser rezada e partilhada com a turma em sala de aula.

Com relação ao espaço proporcionado nas aulas para ser trabalhado o Ensino Religioso, pareceu um pouco confuso por parte de algumas professoras, visto que cada uma delimita-o conforme a necessidade da turma e da dimensão que tem desse conteúdo. No Ensino Fundamental I, não é desenvolvido um trabalho sistemático e contínuo, portanto para alguns docentes o Ensino Religioso é proporcionado somente nos momentos em que surgem problemas, tal como relata a P1: “Quando surge algum problema na sala de aula, seja após o recreio ou a qualquer momento quando acontecem as brigas, apelidos, ou desavenças entre colegas”.

A docente delimitou o seu espaço para trabalhar o Ensino Religioso, enquanto que as demais professoras relatam uma compreensão mais inclusiva em relação ao espaço. Para a P2 o Ensino Religioso acontece: “[...] no momento quando inicio a aula fazendo a oração inicial e alguma reflexão”.

Para a P3 o espaço se dá: “Na recreação com jogos cooperativos, na hora da música e a todo o momento que for necessário.”

Já para a P4 o Ensino Religioso é semanal; “[...] sempre na segunda feira”.

Enquanto que para a P5 é um processo contínuo que faz parte do planejamento; “Em todo momento se tem esta oportunidade, todas as ações do professor devem ter um planejamento, na sala de aula, na informática na sala de leitura e sempre que for oportuno.”

Como visto, há uma disparidade no modo de conceber o Ensino Religioso, cada docente rege seu espaço conforme o seu ritmo de trabalho, suas prioridades e sua compreensão do conteúdo. As professoras que têm planejamento para trabalhar o Ensino Religioso, demonstraram autonomia na escolha dos conteúdos a serem desenvolvidos, tendo em vista que, nem a escola, nem os órgãos competentes do Estado ou do Município, fornecem materiais ou estudos direcionados à área do Ensino Religioso.

Portanto, é importante que o educando, neste primeiro ciclo, tenha o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, conforme orienta o PCNER:

No encaminhamento dos conteúdos do Ensino Religioso neste ciclo, é importante que se exercite o silêncio interior como forma de o educando ir aprendendo a ouvir, respeitar, valorizar e comungar com o outro, justamente naquilo em que, sem ser como ele, o desafia para os pontos de convergência, superando preconceitos que desvalorizam qualquer experiência religiosa (FONAPER, 2009, p. 69).

Neste sentido, é importante sublinhar o fato de que o professor deve ter uma orientação mais precisa quanto ao conteúdo neste primeiro ciclo. Como citado acima, o docente precisa estar bem esclarecido quanto à importância do conteúdo. Portanto é inadmissível que se trabalhe qualquer coisa ou que se espere acontecer fatos inadequados em sala de aula para abordar assuntos que venham a ser definidos como Ensino Religioso.

Pode-se conferir a prática diária da P2: *“Vamos agradecer a Deus o Pai do céu, por tudo o que nós temos, fazendo um minutinho de silêncio e logo após vamos rezar a Oração da Criança.”* (nota de campo)

Foi possível perceber que esta prática de fazer silêncio, busca um momento de “ensaio” de interiorização e encontro com o Transcendente, e acontece mais assiduamente nas turmas de 1º e 2º anos, nos seguintes anos a preocupação está mais acentuada na parte cognitiva deixando em segundo plano o *Ser* do aluno. Portanto, nem sempre o professor dá-se conta de que a aprendizagem acontece na integração de todo *Ser* da pessoa e não em fragmentos.

Conforme os Objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, é necessário; “Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando.” (FONAPER, 2009, p.47)

Nesta perspectiva, é importante que o docente tenha um conhecimento prévio do seu aluno quanto a sua experiência religiosa e de sua família, para que assim possa abordar assuntos de religiosidade sem causar nenhum constrangimento. É necessário que o docente esteja munido de saberes prévios dos diferentes modos culturais, de grupos que manifestam a sua fé através de símbolos e atitudes que por vezes parecem estranhos.

Para que haja harmonia dentro da turma sem causar desavenças por causa de orações formais de uma determinada religião, a P4 ressaltou que: “Todos os dias ao iniciar a aula fazemos uma oração, e meu objetivo com esta oração é sensibilizá-los para perceberem as graças que recebem diariamente de Deus, também sensibilizá-los para uma convivência harmoniosa, pois colocamos as intenções sempre agradecendo a vida, família, saúde, comida, escola, as bênçãos de Deus e pedimos uma boa tarde de trabalho e convivência. Algumas vezes, colocamos intenções especiais como, por exemplo; pessoa doente vítima de algum desastre... Algumas vezes solicito que elaborem orações escritas de acordo com o tema a ser trabalhado”.

Ao abordar diariamente este momento de oração em sala de aula é provável que se possa criar uma cultura mais harmônica consigo mesmo e conseqüentemente com os outros. Ambientes mais tranquilos fazem também com que a aprendizagem flua com mais nitidez resultando num aprendizado com mais qualidade. Em clima de confiabilidade em sala de aula, a assimilação de conteúdos torna-se mais eficaz resultando em saberes aprendidos.

Conforme Junqueira (1995) o desenvolvimento religioso está interligado ao desenvolvimento cognitivo e afetivo, ou seja, a atividade de fé se dá no plano da razão e da emoção de forma intimamente ligada. Assim como a pessoa usa de sua razão para compreender as questões fundamentais de sua fé religiosa, ela também manifesta amor, respeito, admiração, zelo, compreensão, etc., aspectos mais voltados para a dinâmica da afetividade.

Neste sentido, a escola vem a ser um instrumento que ajuda a despertar a espiritualidade na vida de muitos alunos, que não têm a oportunidade de fazer a experiência na família ou em uma comunidade de fé, sendo a comunidade escolar o

seu espaço único de aprendizagem de vivências, experiências de amor, atenção, carinho e de ouvir falar de Deus. Como expressou, com toda motivação, a P5: *“Pessoal, vocês sabem que são especiais aos olhos de Deus, são filhos de Deus, inteligentes, com muitas capacidades. Vocês não têm necessidade de ficarem perdendo tempo com brigas, discutindo por coisas que não vai ajudar vocês a crescerem na vida.”* (nota de campo)

É na idade escolar que a criança aprender a ter autocontrole, isto não significa ser passivo, mas pelo contrário, significa ter a capacidade de discriminar os contextos apropriados para cada situação. Para isto, elas precisam de alguém que interfira nesta aprendizagem apoiando-as para que mantenha um comportamento direcionado ha uma meta, com aprendizagens significativas e consistentes de valores que as guiem, construindo um embasamento que as ajudem a crescer confiantes em si, superando as dificuldades da vida com mais facilidade.

O ambiente escolar é um dos espaços onde a criança faz esta experiência que certamente vai perdurar por toda a sua vida, e o dinamizador é o docente. Mas para que esta interferência seja positiva o professor precisa ter um carisma de acolhimento e abertura sendo afetivo e sensível, estimulando e valorizando o que cada um consegue produzir. A presença deste professor que acredita na vida gera confiança, até mesmo para os colegas de trabalho, e nisto Gruen (1995, p.131) ressalta:

[...] o professor que trabalha com Ensino Religioso não é só um docente; é educador, mestre de vida, em sua vida e no relacionamento com os outros tem que cultivar suficientemente religiosidade. Tem que crer na vida, na busca, no sempre mais, tem que acreditar no que diz.

Nas escolas públicas, em bairros mais carentes, a presença de um docente que acredita e aposta na capacidade do aluno, que eleva a sua auto-estima e aponta caminhos a serem trilhados, certamente faz um diferencial na comunidade escolar. São inúmeros casos verídicos que uma palavra ou um gesto fez toda a diferença na vida da pessoa. Neste sentido, o docente é considerado como que um instrumento de Deus para ajudar outros a encontrarem o caminho que leva à vida.

Para a P5, é imprescindível que o aluno tenha em mente a gratidão a Deus acima de tudo: [...] “a gente não pode fazer nada sem agradecimento, faço eles ver que têm muitas coisas a agradecer, pelo fato de respirar e por todos os fatos da vida, faço eles verem e valorizar as pessoas e o que Deus tem providenciado em nossa vida”.

A pobreza espiritual faz da pessoa um ser ingrato para com o próximo,

gerando violência, desavenças, não se importando com a sua própria vida e muito menos com a do outro. Sabe-se que a experiência que a pessoa faz do Transcendente passa pelo humano, ou seja, a relação que se tem com o próximo é resultado da experiência que se tem do Transcendente.

O Ensino Religioso vem ajudar na compreensão e no significado da linguagem simbólica das diferentes Religiões, predispondo o respeito aos diferentes modos de manifestar as crenças. Para ajudar a compreender o sentido e a função do Ensino Religioso, Figueiredo (1994, p. 43-44) ressalta que:

Através do símbolo, o ser humano transcende o limite e se relaciona com outra realidade além da imanência. Ou seja, na busca da Transcendência, as expressões simbólicas também constituem mediação, formas de relacionamento mais profundo com outra realidade, ou com outro Ser, razão de sua busca.

Dependendo da realidade em que o docente atua, é mister que ele aborde freqüentemente o significado que a simbologia tem para as diferentes crenças, pois pela falta de informação, de conhecimento se praticam muitas incoerências na vida adulta. De acordo com Figueiredo (1994), a escola é o lugar privilegiado de educação que deve facilitar a efetivação da síntese do dinamismo da vida com as potências do ser humano, sem perder de vista o sujeito de todo o processo.

Em meio a um desentendimento, da parte de alguns alunos ao voltar do recreio, a P1 disse para a turma: *“Tudo depende da intenção com que se fazem as coisas, às vezes temos a intenção de machucar o outro, às vezes é cobrança, ou um acidente que sem querer aconteceu”*. (nota de campo)

Neste caso, a professora ajudou os alunos a refletirem sobre o que aconteceu levando-os a compreender que é necessário estar atento e ciente ao que se faz, para que não se torne rotina fatos como este de desentendimentos, alegando acidente ou outros pretextos quaisquer, que poderão refletir-se em fatos de maior monta na vida adulta. Estas oportunidades não podem ser deixadas de lado, pois é nesses acontecimentos que a escola deve estar atenta para ajudar o aluno a entender o que aconteceu e ajudá-lo a fazer uma nova experiência, que segundo Figueiredo (1994, p.34-35) este é o espaço onde se pode confiar nos caminhos indicados sem interesses:

A escola como instituição educacional estará, então, procurando superar os desafios levantados, sempre que tomar consciência do seu compromisso para com a sociedade, com a qual contribui na formação de homens e mulheres aptos a realizarem-se integralmente portadores de dimensões que

qualificam a sua natureza, a serem desenvolvidas e não atrofiadas ou mutiladas. É também a conjugação do espaço e do tempo pedagógico, a abrir caminhos; apontar horizontes; suscitar valores; sistematizar e enriquecer o saber; estimular a criatividade e a participação; exercitar as aptidões para o bem, a verdade, a justiça e a solidariedade; abrir espaço para a busca de respostas aos questionamentos existenciais.

Sendo este o papel da escola, é possível compreender que o Ensino Religioso como disciplina ou conteúdo que deve fazer parte destes primeiros anos escolares, tem muito a contribuir para a vida integral da pessoa, muito mais para as crianças de séries iniciais, que estão na fase em que absorvem tudo o que é novo. Deste modo, talvez fosse ousadia pensar que neste primeiro ciclo a escola deveria dar mais ênfase ao Ensino Religioso que, como visto, é uma porta de entrada para as demais aprendizagens, já que se aprende no conjunto e não em partes.

Quanto ao conteúdo desenvolvido, por algumas professoras, é muito restrito, sugerido no primeiro semestre pela escola, mas não exigido, assim confirmou a P2 quanto ao conteúdo trabalhado: “Trabalho a Semana Santa e a Páscoa”.

Nesta situação é que se percebem as lacunas na rede de ensino quanto à orientação do conteúdo, pois nem mesmo as Secretarias de Ensino das redes públicas do Município conseguem orientar os seus professores. Segundo a fala da P5, que trabalha a quatorze anos na educação, estes são os assuntos sugeridos: “Páscoa e Consciência Negra.”

Contudo, está ressaltado no PCNER (FONAPER, 2009, p.67) os conteúdos que devem ser trabalhados neste 1º ciclo, com a esperança de que o educando possa crescer não apenas no respeito às diferenças, mas que chegue a ser motivo de referência, o que atualmente está deixando a desejar na sociedade como um todo. Quanto aos conteúdos que devem ser trabalhados, destacam-se:

Ritos: símbolos (a identificação de símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, estabelecendo a relação de seu(s) significado(s)). **Ethos:** alteridade (as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores). **Cultura e Tradições Religiosas:** filosofia da tradição religiosa (a idéia do Transcendente).

É compreensível que para desenvolver estes conteúdos é necessário que o professor receba uma assistência adequada, a fim de que possa sanar, em primeiro lugar, as suas dúvidas, e ter acesso a materiais didáticos que lhe auxiliem com sugestões de conteúdos e linguagem adequados à idade da turma.

Talvez, a maior dificuldade do docente esteja em fazer desse conteúdo uma aprendizagem embasada no concreto de sua vida, em experiências pessoais.

Contudo, para algumas professoras este não é o problema, têm uma ótima experiência de vida que transparece em seus modos de ser e agir no ambiente escolar, porém em suas aulas, trabalham conteúdos embasados no seu credo e acabam fazendo proselitismo.

Esta situação é vivenciado por alguns professores como foi possível observar nas aulas da P3 *“A professora pede sugestão de atividades para trabalhar o Ensino Religioso em suas aulas, para a sua amiga que é catequista na comunidade onde ela participa.” (nota de campo)*

Para desenvolver um bom trabalho deve-se ter equilíbrio e dosagem certa para cada situação. Neste caso, a professora relatou que não vê nenhum problema em trabalhar desta maneira e a escola não interfere, até mesmo por não ter outra proposta ou faz pouco caso do que as professoras estão trabalhando. Mas, em uma turma de alunos há diversas religiões e o respeito deve começar pelo educador. Talvez este impasse seja o grande desafio para que o Ensino Religioso seja aceito de bom grado nas escolas.

O PCN do Ensino Religioso (FONAPER, 2009, p.38) ressalta de como deve ser aprimorado o conhecimento do Ensino Religioso, onde o educando possa adquirir conhecimentos que o auxiliem na superação das contradições da concepção de mundo:

Buscar coerência na compreensão de mundo que cada um possui não significa abdicar os fundamentos estruturantes, como no caso da tradição religiosa e cultura. Ao contrário, a própria tradição religiosa, a cultura e a ideologia necessitam da reflexão para se purificarem de suas contradições.

Este é um modelo que exige, sem dúvidas, formação do docente, contudo este modo de conceber o Ensino Religioso não como tarefa de aperfeiçoar a religiosidade, (pois está é tarefa da educação catequética a qual o Estado assegurou por muitos anos oferecendo uma educação religiosa coerente com a fé que confessava) mas de aprimorar a cidadania e a humanização do estudante, bem como dos conhecimentos da religiosidade e dos valores preservados pelas tradições religiosas.

É importante sublinhar que alguns professores procuram integrar as atividades e tem a compreensão do todo, não fragmentando os conteúdos, é o que a P3 procurou desenvolver dentro do seu projeto: *“Ao desenvolver o projeto sobre natureza a professora propôs um trabalho em dupla, onde deveriam conversar refletir e trocar idéias sobre as seguintes questões: Como as pessoas estão cuidando da nossa casa comum que é o planeta terra? O que nós estamos fazendo na nossa casa para cuidar da nossa casa comum que é o planeta*

terra? (nota de campo)

Neste contexto a professora trabalhou a sensibilidade para o cuidado do bem comum, e para obter resultado eficaz, é necessário tocar no que é próximo, no cotidiano da vida, através de suas experiências. Partindo deste princípio é que as mudanças acontecem através de reflexão e da conclusão que o docente vai formulando através de novas compreensões do todo que se desencadeia com a participação individual.

Conforme Figueiredo (1994, p.30) a realização da pessoa, depende da trajetória de buscas, de autoconhecimento para modificar e adequar às suas necessidades, pois ao transformar o exterior estará automaticamente transformando a si mesmo numa constante experiência de realização pessoal:

Humanizando-o humaniza a si mesmo e se torna um protagonista na formação da comunidade circuncidante. Evolui através da comunhão inteligente com a natureza que domina, em função do bem comum e da qual se beneficia, em conseqüência da cultura que naturalmente vai produzindo.

A escola é um espaço de articulação de todo processo que promove aprendizagem significativa, fazendo ligação entre razão e vida conduzindo a atitudes dinâmicas e criativas quando for necessário delas se valer. Pois se sabe que a criatividade é resultante de algo que já foi assimilado e aprimorado para ser utilizado em outros contextos a que venha surgir.

Para ilustrar a dificuldade do docente quanto ao conteúdo de Ensino Religioso, a P4 explica com toda sinceridade como desenvolve seu trabalho: “Tenho consciência que na minha turma tem alunos de diversas Igrejas, procuro valorizar todas, costumo ressaltar para meus alunos que Cristo sendo o caminho, a verdade e a vida, todas as Igrejas levam a Deus.”

A afirmação que a professora faz quando diz que todas as religiões levam ao mesmo Deus, admite pensar que todas as crenças têm seu valor intrínseco e que as respostas e os cultos da fé que se agregam a nossa identidade têm eco entre outras identidades religiosas. De acordo com Berkenbrock (1996, p.327) “É importante que o diálogo inter-religioso seja impulsionado pelo desejo de um melhor entendimento humano”. Que este entrosamento possa aumentar o respeito e ao mesmo tempo construir uma sociedade mais tolerante e empática com a riqueza e a beleza dos diferentes modos de expressar a fé.

Para auxiliar o docente, o Referencial Curricular para o Ensino Religioso na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (2006, p.13-

14), propõe a metodologia do Ensino Religioso, como as outras áreas do conhecimento devem conduzir para a aprendizagem:

A metodologia do Ensino Religioso que está alicerçada no tripé: Observação, Reflexão e Informação, conforme a recomenda o PCNER que na realidade, não se trata de momentos isolados e estanques, mas de passos que se entrelaçam, se interligam numa dinâmica, num movimento constante. [...] Observar é mais que uma experiência visual, é ver, perceber, analisar, relacionar e comparar os fatos com a realidade, interligando-os dentro de um contexto globalizado [...]. Na reflexão o Ensino Religioso trabalha com questões humanas em suas múltiplas dimensões [...]. Informação/conhecimento permite ao educador e educando apropriar-se do conhecimento religioso sistematizado, organizado e elaborado ao longo da história da humanidade e, dessa forma, romper com a visão ingênua, empírica, dogmatizada e desarticulada, levando a construção de uma visão decodificadora e explicadora da realidade, atendendo dessa forma, os objetivos propostos pelo Ensino Religioso nas Escolas.

Quanto a prática do docente, especificamente em Ensino Religioso, pode-se dizer que é um tanto desafiadora, tornando-se necessário ao professor, cultivar continuamente uma espiritualidade de abertura para acolher o diferente, e ao mesmo tempo deve estar preparado para ser repudiado diante de situações escolares, sabendo que este é um assunto ainda muito polêmico e mal interpretado até mesmo por colegas de trabalho.

Como já foi evocado, a respeito dos conteúdos trabalhados no Ensino Religioso, destaca-se a recomendação que a P1 recebe da escola onde atua: “A recomendação é que se trabalhe com projetos, e dentro dos conteúdos, português, matemática, seja trabalhado o Ensino Religioso, neste caso o assunto entra quando surge ocasião, com alguns personagens do texto refletindo se estão certo ou errado, se as atitudes foram boas ou não, sempre ligada a valores.”

Convém ressaltar, o que o Referencial Curricular para o Ensino Religioso na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (2006, p.15) recomenda quanto ao planejamento das aulas de Ensino Religioso:

As aulas do Ensino Religioso devem ser planejadas a partir do que o aluno apresenta: conhecimentos, sentimentos, práticas de fé e outros. Isso exige um profissional preparado, comprometido com a disciplina e tudo o que ela envolve; exige um educador que transforme problemas em desafios estimulantes e que de exemplo de convivência aplicando nas aulas um trabalho coerente com a realidade e o contexto em que a escola se insere. A postura do educador de Ensino Religioso é uma referência, por isso ele deve ter uma identidade de fé que respeite as diferentes tradições.

É imprescindível, que frente uma comunidade escolar multicultural como se apresenta atualmente, o docente fique a mercê de conteúdos que venham

ocasionalmente abordar assuntos que sejam direcionados ao Ensino Religioso. Ao observar a P4, que tem suas aulas sistematizadas, porém catequéticas, da para perceber nitidamente o planejamento da mesma: *“O dia marcado para a aula de Ensino Religioso, tem um caráter todo voltado para o assunto a ser trabalhado, bem como a oração inicial, seguindo com dinâmica adentrando no assunto a ser abordado bem como cantos com letra apropriada (gestos e violão), que ajudam a dar um fechamento em suas aulas”.* (nota de campo)

O modo de dinamizar uma aula faz toda a diferença, o ensino/aprendizagem é de qualidade, e faz com que o educando sinta prazer em participar da aula (mesmo contrapondo ao art. 33 da Lei 9.394/96, alterado pela Lei 9.475/97, conforme citação acima). Cabe aqui trazer presente a visão de educação que Jacques Delors (2006, p.82-83) apresenta para UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI:

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais, em dotar a humanidade a capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Este desenvolvimento responsável não pode mobilizar todas as energias sem um pressuposto: fornecer a todos, o mais cedo possível, o “passaporte para a vida”, que o leve a compreender-se melhor a si mesmo e aos outros e, assim a participar na obra coletiva e na vida em sociedade.

Daí decorre a necessidade de rever continuamente o que é prioridade na educação e o que realmente está sendo oferecidas as crianças e adolescentes do Ensino Fundamental. De acordo com o relato da P5, da para perceber o esforço, empenho, dedicação e preocupação que ela tem com a turma: “[...] as minhas aulas não começam sem minhas reflexões, então assim é muito importante trabalhar especialmente nesta comunidade carente em todos os sentidos. Trabalho o respeito, o amor em geral, não só o amor dos pais para filhos, mas o amor entre colegas, querendo o bem do colega respeitando o seu jeito de ser. Assim eu acho que o ensino Religioso é um dos principais elos para que realmente aconteça uma educação de qualidade, mantendo uma reflexão constante.”

Indispensável se faz pensar numa educação que tenha como princípio a preocupação com o ser integral do aluno, levando em consideração todo o contexto social em que ele vive. No entanto, a escola torna-se imprescindível no conjunto da educação do indivíduo, sabendo que nem todos gozam das mesmas oportunidades que a vida oferece. Um exemplo está na experiência que o indivíduo faz de espiritualidade e fé, e conforme Fowler (1992) o ser humano inicia sua

aprendizagem de fé na experiência de lealdade e confiabilidade com as outras pessoas. E Boff (1999, p.21) contribui salientando que:

Considero que espiritualidade esteja relacionada com aquelas qualidades do espírito humano – tais como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia – que trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros.

Deve-se, portanto levar em consideração a importância que o docente tem em oportunizar aos alunos fazer experiências do Transcendente através das relações de qualidade entre a turma, bem como individualmente, ciente de que a escola precisa se precaver, com os devidos cuidados, ao abordar o trabalho de Ensino Religioso, respeitando a religiosidade e a cultura de onde procede cada indivíduo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das inquietações ressaltadas nesta pesquisa, há que se pensar e ajudar os responsáveis pelos órgãos competentes da educação pública a refletir com mais afinidade a importância que o Ensino Religioso representa dentro do âmbito escolar. A educação religiosa está com estas compreensões, porque ainda carrega resquícios do passado, os educadores não aceitam mais o modelo catequético/doutrinal do passado, mas não têm proposta de trabalho para o presente.

O Ensino Religioso está embasado em linhas reais que dão suporte para desenvolver este trabalho na escola através de Leis Federais, Estaduais e Regionais, com objetivos e conteúdos para serem desenvolvidos. O que está faltando é interesse das pessoas que estão designadas responsáveis por esta área da educação, buscar e apresentar meios compatíveis para estudar com professores do currículo bem como de todo o Ensino Fundamental.

Dir-se-ia que é lamentável o desleixo por esta disciplina em todos os setores. É de consenso a idéia de que não se ama nem se respeita o que não se conhece, faz-se necessário tornar-se conhecido aos professores este novo jeito de conceber o Ensino Religioso. Percebe-se que o modelo catequético-doutrinal está impregnado em nossos docentes que, mesmo esforçando-se, voltam sempre ao princípio e não conseguem suprir as necessidades atuais.

É necessário trazer à tona as peripécias, que alguns docentes do Ensino Religioso do Ensino Fundamental da Rede Pública experimentam, são professores que assumiram a disciplina sem nenhum preparo, são docentes com formação em outras áreas mas assumiram o Ensino Religioso por diversos motivos como; remuneração a mais no final do mês com uma disciplina pouco exigida, por simpatizar com a disciplina. Contudo, o embasamento que estes docentes têm é a experiência pessoal ligada a alguma denominação religiosa, e que conseqüentemente continuam a fazer proselitismo em sala de aula por falta de formação.

Cabe ressaltar aqui, o lamento e a dificuldade que os docentes encontram em trabalhar o Ensino Religioso em sala de aula, contudo, ao serem questionadas quanto ao conteúdo desenvolvido, relatam assuntos predominantes da sua Igreja particular. Com respeito, poder-se-ia dizer que chega a ser uma “violência” em sala de aula quando é imposto modelos culturais de fé para alunos que nasceram em outras culturas e que não lhe asseguram nenhuma motivação, ou ligação afetiva

com o assunto abordado. A “ferida” do Ensino Religioso está nestes modelos que são apresentados na escola, demonstrando repúdio por parte de alguns alunos quanto a esta disciplina, bem como ao professor responsável.

Urge formação para os docentes atuantes no currículo e no Ensino Fundamental que têm a missão de desenvolver na criança, desde tenra idade escolar, a experiência do Transcendente. Ousar-se-ia dizer que o mercado de trabalho atual não exige ou questiona quanto a esta aprendizagem no *currículum vitae*, mas o cidadão é avaliado na sua prática quanto ao seu relacionamento, no respeito às diferenças, como vive a alteridade, a compreensão e a resolução de problemas que surgem a sua volta, se é resiliente, sabe perdoar, tem autocontrole emocional, se está convicto no que acredita, na fé que professa por que tem conhecimentos, sabe respeitar o colega que o diverge nas opiniões por razões culturais, porque conhece a cultura e a fé que o outro professa.

Todos estes requisitos pessoais são frutos da formação inicial que o indivíduo adquire da família, escola, ou comunidade de fé. Contudo, sabemos que nem todas as pessoas têm a oportunidade de desfrutar deste tripé, pois às vezes são privados de terem uma família que lhe ensine o básico e, menos ainda, de participar de comunidade de fé, comprometendo somente ao espaço escolar esta árdua e generosa missão que resultará futuramente na prática da vida.

Sabe-se que a educação baseia-se, durante toda a vida, em quatro pilares, segundo Delors (1999), *aprender a conhecer* para poder amar e respeitar; *aprender a fazer* para uma questão de sobrevivência de ajudar-se e a outros; *aprender a viver juntos*, conviver, pois o ser humano não é uma ilha, ele necessita do outro para viver e *aprender a ser*, eis o grande desafio para os dias de hoje onde o ser exterior-material fala mais alto do que o ser interior-pessoa.

Para complementar a reflexão, cabe aqui ressaltar a parábola do Samaritano escrita no Evangelho de Lucas 10,25-37 em que relata o verdadeiro sentido do aprender para a vida. O Sacerdote líder religioso, que deveria cuidar dos feridos, ao ver o homem caído e machucado, passa a distância e continua o caminho, em seguida vem o Levita e tem a mesma atitude do seu mestre (sacerdote). Pelo mesmo caminho passa o Samaritano, ambos são inimigos por vendo-o como próximo.

Para Ribeiro (2011) a atitude do Samaritano está sintetizada no amor, a energia primária causa de diferenças de costumes. Contudo a compaixão fez barreiras e limites se romperem universal, o maior instrumento para evolução

humana e espiritual. O amor, síntese das diferenças e transcendência da alteridade. A alteridade é, simplesmente, o lugar onde mora a diferença, não a diferença que separa um objeto do outro, mas o que faz duas pessoas verem como diferente, em um único objeto e momento, uma mesma realidade.

Buscar a alteridade parece ser este o desafio e o ápice do Ensino Religioso na educação escolar, se a educação conseguir educar para a humanização do cidadão, as demais aprendizagens virão por acréscimo e ao natural. Ajudar os educandos a aprender a olhar o outro como seu próximo, independente de qualquer barreira que os diferencie, é a grande missão e o desafio para o professor vocacionado.

Contudo, sabe-se que o Ensino Religioso na educação brasileira será motivo de muitas discussões e controvérsias, a própria permanência da disciplina no currículo é assunto polêmico. Mas para que se perpetue esta disciplina faz-se necessário a presença de educadores que compreendam a diversidade cultural, que sejam capazes de promover o diálogo, sejam sensíveis e respeitem às diferentes maneiras de acreditar na vida ensinando as crianças a valorizar o conhecimento científico e a sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 24. ed. São Paulo: Cortez; 1991.
- AURELIO. **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELLO, Angela Ales. **Culturas e religiões**. Bauru: Edusc, 1998.
- BERKENBROCK, Volney J. **A atitude franciscana no diálogo inter-religioso**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BIBLIA. **Bíblia Sagrada Pastoral**. São Paulo: Paulus, 1990.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. **Lei n. 9.394 - Diretrizes e bases da educação nacional: promulgada em 20/12/1996**. Brasília, Editora do Brasil, 1996.
- BOEING, Antônio. Ensino Religioso enraizado nas Ciências da Religião. **Dialogo – Revista do Ensino Religioso**. Nº55, agosto/setembro, 2009.
- CARON, Lurdes. **O Ensino Religioso na nova LDB**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Políticas e Práticas Curriculares: formação de professores de ensino religioso**. Tese de doutorado em Educação. PUCSP, São Paulo: 2007.
- _____. Lurdes (Org.) e Equipe do GRERE. **O Ensino Religioso na nova LDB: Histórico, exigências, documentário**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CONER/RS. Disponível em <<http://conerrs.wordpress.com/estatuto-do-conselho-de-ensino-religioso-do-estado-do-rio-grande-do-sul-conerrs/>> Acessado em: 04/10/2011.
- DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrutor do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10° Ed. São Paulo: Cortez; 2006.
- FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituições brasileiras: 1823-1988**. Campinas, Autores Associados, 1996.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paula. **Ensino Religioso: tendências pedagógicas**. 2.ed.

Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Ensino Religioso**, perspectivas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 1994.

FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. 2.ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso**. 9.ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FOWLER, James. **Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento humano e a busca do sentido**. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

GRUEN, Wolfgang. **O ensino religioso na escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Formação Docente. **Diálogo** – Revista do Ensino Religioso nº 45 – Fevereiro/2007.

_____. CORREA, Rosa L. T.; HOLANDA, Angela M. R. **Ensino Religioso: aspecto legal e curricular**. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção temas do ensino religioso)

_____. **O desenvolvimento da experiência religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUSTOSA, Oscar. **Catequese Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9.394/96. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

MEC – **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental** – CNE – Câmara de Educação Básica. Resolução CEB 02/98.

PASSOS, João Décio. **Ensino Religioso: construção de uma proposta**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. **Noções de História da Educação Brasileira**. 15.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

RAHNER, Karl. **Curso fundamental da fé**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Referencial Curricular para o Ensino Religioso

na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre, 2006.

RESENDE, B. **Transformando suor em ouro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução N° 256/2000**. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id3127.htm> Acessado em: 30/09/2011.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer N° 290/2000**. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id3156.htm>. Acessado em: 30/09/2011.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil**. 66.ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: www.educacao.rs.gov.br/pse/html/ens_religioso.jsp. Acessado em: 10/10/2011

SILVA, Valmor (Org.). **Ensino Religioso**: educação centrada na vida, subsídios para a formação de professores. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Mauricio. **Alteridade e Cidadania**. Disponível em: <http://www.evirt.com.br/colunistas/mauricio> Acessado em: 20/10/2011

ZIMMERMANN, Roque. **Ensino Religioso** uma grande mudança. Brasília, Câmara dos Deputados. Brasília, 1998.